

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ENSINO À DISTÂNCIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RAFAEL MARTINS PEREIRA

OS DESAFIOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NA
ESCOLA JORGE BRAGANÇA NO PÓS-ASCENSÃO DA
EXTREMA DIREITA

CONCEIÇÃO DA BARRA
2024

RAFAEL MARTINS PEREIRA

OS DESAFIOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NA
ESCOLA JORGE BRAGANÇA NO PÓS-ASCENSÃO DA
EXTREMA DIREITA

Monografia apresentada ao Departamento de
História da Universidade Federal do Espírito
Santo, como requisito parcial para a conclusão do
curso de graduação em Licenciatura em História.
Orientador (a): Fabiano de Souza Coelho.

CONCEIÇÃO DA BARRA
2024

RESUMO

Nos últimos anos, o cenário político brasileiro tem sido marcado por intensas transformações, especialmente com a ascensão de movimentos conservadores e de extrema direita. Este fenômeno tem gerado profundas repercussões no campo educacional, particularmente no ensino de História, área fundamental para a formação de cidadãos. A pesquisa visa analisar o impacto do fortalecimento da extrema direita no Brasil e como esse fenômeno tem tornado o ensino de História mais desafiador. Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender os desafios enfrentados no ensino de História na Escola Jorge Bragança (Nome fictício), no contexto pós-ascensão da extrema direita. O estudo busca analisar como essa ideologia tem impactado a abordagem do ensino histórico. Dessa maneira, o objetivo geral da pesquisa foi investigar e compreender os desafios para os professores de História que atuam na Escola Estadual de Ensino Médio Jorge Bragança, diante no pós-ascensão da extrema direita.

Palavras-chave: Extrema direita; Pós-ascensão; Ensino; História; Desafios.

Abstract

In recent years, the political scenario in Brazil has been marked by intense transformations, particularly with the rise of conservative and far-right movements. This phenomenon has generated profound repercussions in the educational field, especially in History education, an area fundamental for the formation of citizens. The research aims to analyze the impact of the strengthening of the far right in Brazil and how this phenomenon has made History education more challenging. This study is justified by the need to understand the challenges faced in History teaching at Jorge Bragança School (fictitious name), in the post-rise of the far-right context. The study seeks to analyze how this ideology has impacted the approach to history teaching. Thus, the general objective of the research was to investigate and understand the challenges faced by History teachers at the Jorge Bragança State High School, in the post-rise of the far right.

Keywords: Far-right; Post-rise; Education; History; Challenges.

Agradecimentos

Ao Deus da minha compreensão, à minha Mãe Geni de Jesus Martins Pereira, ao meu Pai Armando Alves Pereira, minhas pedras angulares. À meu filho Ricardo Gomes Martins, meu maior presente, aos meus irmãos Romário Martins Pereira, Ronildo Martins Pereira, minhas queridas amigas Rafaeli Pestana Gomes e Patrícia de Almeida Martins pelo imenso apoio, aos professores Alcimar Carloni e Izabel Maria da Penha Piva pela inestimável contribuição nesta pesquisa, à Universidade Federal do Espírito Santo por me proporcionar os meios necessários para a realização de um sonho.

Agradeço à minha querida coordenadora Patrícia Merlo, ao meu tutor presencial Flávio Martins Fundão Vieira por todo apoio e dedicação, às minhas professoras, professores e tutores a distância que contribuíram de maneira grandiosa para a minha formação, ao meu orientador Fabiano de Souza Coelho, aos meus colegas de curso que compartilharam comigo essa inesquecível jornada, à toda equipe da SEAD UFES.

Abreviaturas e siglas

EEEM - Escola Estadual de Ensino Médio

COVID-19 - Coronavirus disease 19

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer ou Questionadores, Intersexuais e Assexuais.

SEDU - Secretaria do Estado do Espírito Santo

Sumário

Resumo.....	3
Abstract.....	4
Agradecimentos.....	5
Abreviaturas e siglas.....	6
Introdução.....	8
1.1 Caracterização do local da Pesquisa.....	15
1.2 A Escola Jorge Bragança s seu Contexto Local	16
1.3. História e características da Escola Jorge Bragança.....	17
2 Os Desafios do Ensino de História na Escola Jorge Bragança: O Impacto da Polarização Política, Fake News e Pressões Ideológicas no Contexto Pós-Ascensão da Extrema Direita..	19
2.1 Contextualização do Cenário Político (1930 a 2004).....	19
2.1.2 Cenário Político atual.....	22
2.1.3. O impacto da polarização política na educação.....	24
2.1.4. Fake News.....	26
2.2. O Papel do professor de História no atual contexto.....	28
2.2.1. Conteúdo de História previsto na BNCC.....	29
2.2.2. Desafios metodológicos enfrentados pelos professores de História.....	30
2.2.3. O ensino de História e a manipulação do passado.....	31
2.3. Mudanças no currículo e diretrizes educacionais de 2014 a 2014.....	33
3 Desafios e Perspectivas do Ensino de História na Escola Jorge Bragança no Município de Nova Venécia: Politização, Desinformação e Estratégias Pedagógicas.....	34
3.1. Politização e Conflitos Ideológicos na Sala de Aula na Escola Jorge Bragança do Município de Nova Venécia.....	35
3.2. Desinformação e Negacionismo Histórico na Escola Jorge Bragança de Nova Venécia no ano de 2024.....	40
3.3. Restrição e Desvalorização do Ensino de História a Partir da Visão dos Professores de Nova Venécia.....	46
3.4. A reação dos alunos e da comunidade da Escola Jorge Bragança do Município de Nova Venécia em 2024.....	50
3.4.1. Impacto na convivência escolar e na disciplina de História em 2024 na Escola Jorge Bragança.....	54
3.5. Práticas pedagógicas e estratégias de ensino para a Escola Jorge Bragança para o ano de	

2025.....	59
3.6. Implicações para o futuro do ensino de História no Brasil.....	63
Considerações Finais.....	65
Referências Bibliográficas.....	69

Introdução

Nos últimos anos, o cenário político brasileiro tem sido marcado por intensas transformações, especialmente com a ascensão de movimentos conservadores e de extrema direita. Este fenômeno tem gerado profundas repercussões no campo educacional, particularmente no ensino de História, área fundamental para a formação de cidadãos críticos e conscientes. Em um contexto de polarização política, as reformas educacionais e as pressões ideológicas têm afetado diretamente a abordagem pedagógica das escolas, com tentativas de reescrever o passado e reduzir a importância de temas históricos cruciais, como as ditaduras, o racismo estrutural e as lutas sociais (SOUZA, 2020).

Sendo assim, a pesquisa visa analisar o impacto do fortalecimento da extrema direita no Brasil e como esse fenômeno tem tornado o ensino de História mais desafiador e polarizado. Com o governo de Jair Bolsonaro, as reformas educacionais de Michel Temer reduziram o espaço para a História e as Ciências Humanas no Ensino Médio, promovendo uma visão conservadora. Além disso, materiais que distorcem a História oficial, como a "verdadeira" História do Brasil, têm ganhado força, contestando o conteúdo ensinado nas escolas. A pesquisa foi realizada em uma escola pública de Nova Venécia, no Espírito Santo, para entender os desafios enfrentados por educadores e alunos nesse contexto (SILVA, 2021).

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender os desafios enfrentados no ensino de História na Escola Jorge Bragança (Nome fictício), no contexto pós-ascensão da extrema direita. O estudo busca analisar como essa ideologia tem impactado a abordagem do ensino histórico, afetando tanto os professores quanto os alunos. Os resultados podem contribuir para uma leitura crítica da realidade política, oferecendo subsídios para que educadores, estudantes e a comunidade local encontrem soluções para enfrentar as pressões ideológicas que distorcem o conhecimento histórico, garantindo uma educação que promova o pensamento

crítico e a formação cidadã.

Dessa maneira, o objetivo geral da pesquisa foi investigar e compreender os desafios para os professores de História que atuam na Escola Estadual de Ensino Médio Jorge Bragança, localizada no município de Nova Venécia, Espírito Santo, diante no pós-ascensão da extrema direita. Já os objetivos específicos delimitados foram: examinar as mudanças nas diretrizes curriculares de História e o impacto das políticas educacionais recentes nas escolas estaduais, focando nas transformações pós-ascensão da extrema direita; analisar projetos e iniciativas que buscam preservar o ensino crítico e plural de História, frente às pressões ideológicas; e por fim, incentivar a reflexão crítica entre os professores de História sobre alternativas pedagógicas para enfrentar as narrativas da extrema direita e preservar o ensino da verdade histórica e da formação cidadã.

A pesquisa qualitativa visa compreender fenômenos complexos por meio das experiências e percepções dos indivíduos, focando em aspectos subjetivos e contextuais (MATTOS, 2019). A presente pesquisa é de natureza qualitativa, em que, para ser realizado o estudo sobre o impacto da extrema direita no ensino de História, foram realizadas entrevistas com dois professores da Escola Estadual Jorge Bragança, em Nova Venécia, utilizando o Google Forms para facilitar a coleta e análise de dados. As entrevistas abertas permitiram explorar profundamente as vivências e desafios dos docentes, oferecendo uma visão detalhada sobre as dificuldades e estratégias pedagógicas adotadas no contexto escolar, essencial para entender o impacto da polarização política na educação (GIL, 2017).

Para entender a temática abordada, é essencial contextualizar o cenário político, que envolve práticas, processos e instituições relacionadas ao poder e à organização social. A política, originalmente ligada à cidade-estado grega, não se restringe ao governo e aos processos eleitorais, mas também se manifesta em movimentos sociais e nas relações cotidianas. Além do poder formal das instituições, inclui práticas informais de influência e disputa por direitos,

sendo crucial para refletir sobre a democracia, os direitos do cidadão e a justiça social (SILVA, 2020).

De 1930 a 2004, o Brasil passou por grandes transformações políticas, com a ascensão de regimes autoritários, como o Estado Novo e a Ditadura Militar, e períodos democráticos alternados com crises econômicas. A redemocratização após 1985 foi consolidada pela Constituição de 1988, e nos anos 2000, o governo Lula focou em políticas de inclusão social, embora desigualdades e impunidade persistissem. A partir de 2018, a ascensão da extrema direita alterou o cenário político, fortalecendo movimentos conservadores e nacionalistas que, por meio do revisionismo histórico e censura, limitaram a formação crítica nas escolas, afetando a compreensão das questões sociais e políticas do país (COSTA, 2019).

A ascensão da extrema direita no Brasil tem pressionado escolas a censurar temas como gênero, sexualidade, racismo e a ditadura militar, em nome de um currículo "neutro" e conservador. Essa polarização política cria um ambiente de conflito, onde professores se sentem coagidos a evitar discussões críticas, e os alunos, influenciados por visões radicais, desafiam a autoridade dos educadores. A interferência nas práticas pedagógicas compromete a formação crítica dos estudantes, enfraquece o debate plural e aprofunda a polarização social, dificultando a construção de consensos democráticos (SOUZA, 2021).

As fake news, amplificadas pelas redes sociais, intensificam a polarização política e afetam o pensamento crítico dos estudantes, como visto nas eleições de 2018 no Brasil¹. No ambiente escolar, a educação digital se torna essencial para desenvolver habilidades de verificação de informações, pois a desinformação compromete áreas cruciais como saúde e ciência, destacando a necessidade de um ensino que capacite os alunos a lidar com um mundo saturado de informações distorcidas (OLIVEIRA, 2020).

¹ A desinformação deliberada e a necessidade de inventar e divulgar fatos estão em pleno andamento, as mentiras e notícias falsas permeiam o debate público, controlando a discussão nos meios sociais, acadêmicos e políticos, servindo a causa populista.

O professor, como mediador do conhecimento, promove o desenvolvimento intelectual, social e emocional dos alunos, criando um ambiente de respeito e reflexão crítica. O professor de História, além de ensinar fatos, estimula a análise do passado e sua conexão com questões contemporâneas, como desigualdades e direitos humanos, sendo essencial na formação de cidadãos conscientes e na defesa do pluralismo e da liberdade de ensino, especialmente em tempos de polarização política (SILVA, 2018).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta o ensino de História nas escolas brasileiras, visando formar cidadãos críticos e conscientes. No Ensino Médio, a BNCC foca em temas como a formação do mundo contemporâneo, a Revolução Industrial, a globalização e as ditaduras, buscando uma compreensão integrada dos processos históricos. A BNCC também destaca a importância da educação para os direitos humanos, a cidadania e a valorização da diversidade, promovendo uma abordagem interdisciplinar com áreas como Geografia, Filosofia e Sociologia, para desenvolver uma visão crítica dos alunos sobre os desafios sociais e políticos atuais (BRASIL, 2017).

Os professores de História no Brasil enfrentam desafios em um contexto polarizado, equilibrando imparcialidade com pressões ideológicas e tentativas de censura. Questões como a ditadura militar e a escravidão geram controvérsias, com a extrema direita tentando manipular o passado para justificar suas ideologias. Isso compromete a formação crítica dos estudantes e distorce a compreensão de temas como opressão e direitos humanos. Para enfrentar essas distorções, é crucial promover uma educação histórica que valorize a pluralidade, estimule a reflexão crítica e permita aprender com os erros do passado, contribuindo para uma sociedade mais justa e democrática (LIMA, 2021).

Nos últimos anos, políticas educacionais influenciadas pela extrema direita têm alterado os currículos de História, enfatizando uma visão conservadora e nacionalista, enquanto minimizam temas críticos como as ditaduras militares, a escravidão e as lutas sociais. Essas

mudanças buscam criar uma identidade nacional homogênea, suprimindo discussões sobre desigualdade, racismo, gênero e direitos humanos, e impondo uma narrativa única que limita a reflexão crítica dos alunos. A manipulação de conteúdos históricos, como suavizar os abusos da Ditadura Militar e distorcer as lutas sociais, enfraquece a compreensão da complexidade histórica, comprometendo a formação de uma cidadania crítica e a construção de uma sociedade democrática (FERREIRA, 2022).

A pesquisa evidencia o impacto da ascensão da extrema direita no ensino de História no Brasil, especialmente em relação à polarização política e às tentativas de revisão e censura de conteúdos históricos. As pressões ideológicas dificultam a manutenção de uma abordagem crítica e plural nas escolas, essencial para formar cidadãos conscientes. Em um contexto de distorção da história oficial, é crucial que o ensino de História continue a ser uma ferramenta para a construção de uma cidadania crítica, comprometida com os valores democráticos e a defesa da diversidade de perspectivas, garantindo o direito à memória e à verdade histórica (SOUZA, 2021).

Por sua vez, uma pesquisa qualitativa é um tipo de investigação científica que busca compreender e interpretar fenômenos complexos, focando nas experiências, perspectivas e significados atribuídos pelos indivíduos ou grupos. Diferente da pesquisa quantitativa, que se concentra na mensuração e análise de dados numéricos, a pesquisa qualitativa valoriza aspectos subjetivos e contextuais, como sentimentos, atitudes, comportamentos e interações sociais. Segundo Gil (2002), a pesquisa qualitativa busca entender o fenômeno em seu contexto, considerando as particularidades dos sujeitos e suas experiências. Ela utiliza métodos como entrevistas, grupos focais, observação participante e análise de conteúdo, permitindo que o pesquisador explore as questões de maneira mais profunda e holística. O objetivo principal é entender como as pessoas vivenciam e fazem sentido de determinado fenômeno em seu contexto específico, proporcionando insights detalhados sobre suas realidades e interpretações.

A pesquisa sobre a temática abordada é qualitativa, pois busca compreender as experiências, percepções e desafios enfrentados pelos professores de História diante da ascensão da extrema direita e seus impactos no ensino dessa disciplina. Para atingir esse objetivo, foram aplicadas entrevistas com dois professores da Escola Estadual de Ensino Médio Jorge Bragança, em Nova Venécia, Espírito Santo, a fim de obter uma visão detalhada e contextualizada sobre as dificuldades e estratégias pedagógicas adotadas no cotidiano escolar. A escolha das entrevistas como método de coleta de dados se justifica pela possibilidade de captar as opiniões e vivências dos docentes de forma mais aprofundada, permitindo a exploração das nuances e complexidades de suas práticas e desafios.

Além do que, a pesquisa utilizou o Google Forms, de acordo com o quadro 1 abaixo, como ferramenta para a aplicação das entrevistas, o que facilitou a organização, sistematização e análise das respostas, ao mesmo tempo em que ofereceu flexibilidade e acessibilidade aos participantes. O uso do Google Forms não comprometeu a profundidade qualitativa da pesquisa, uma vez que as questões abertas permitiram aos professores expressar livremente suas experiências, sem a limitação de respostas fechadas. Essa abordagem é característica das pesquisas qualitativas, que priorizam a interpretação dos dados de forma indutiva, considerando as perspectivas individuais dos participantes dentro de um contexto específico, o que é fundamental para o entendimento do impacto da polarização política e da extrema direita no ensino de História.

Quadro 1 - Formulário de perguntas utilizadas na entrevista.

1 - Você percebe nos estudantes algum nível de politização?
2 - Na sua percepção, os estudantes trazem para a sala de aula os resultados de pesquisas na Internet envolvendo fatos e eventos históricos?
3 - Em algum momento durante suas aulas você já se sentiu intimidado (a), confrontado ou desrespeitado por algum aluno ou aluna?
4 - Que tipo de reação você percebe nos estudantes quando você precisa abordar temas considerados sensíveis?

5 - Nos últimos anos, houve uma redução no espaço dos currículos escolares para o ensino de História bem como de outras ciências humanas?
6 - Durante as aulas de História, os estudantes demonstram sinais de negacionismo histórico ou até mesmo desinformação?
7 - Quais foram os aspectos mais sentidos por vocês após a ascensão e crescimento dos movimentos de extrema direita?
8 - Os pais exercem um papel direto na politização desses estudantes? E como isso se reflete na sala de aula?
9 - Vocês se sentem vigiados, perseguidos ou censurados no espaço escolar?
10 - Durante uma aula sobre ditadura militar, escravidão ou racismo, vocês percebem que há uma tentativa de negação histórica ou "certezas absolutas" por parte dos estudantes?
11 - Consegue descrever alguma experiência pessoal que aconteceu com você nesse sentido?
12 - Na sua opinião, quais são as formas de enfrentamento frente à crescente onda de negacionismo e revisionismo histórico desonesto propagado por movimentos de extrema direita, além do próprio desrespeito e desvalorização ao trabalho dos professores de História?

Fonte: Elaborado pelo autor.

1.1. Caracterização do Local da Pesquisa

A caracterização do lócus da pesquisa é um elemento fundamental para contextualizar o estudo e proporcionar uma compreensão clara do ambiente onde a investigação está sendo realizada. Ao descrever o local da pesquisa, o pesquisador oferece informações sobre as características físicas, sociais e culturais que podem influenciar o objeto de estudo, além de permitir que o leitor compreenda as particularidades do contexto no qual os dados estão sendo coletados. Essa descrição é essencial para a construção da validade e da relevância dos resultados, pois o locus pode determinar variáveis que impactam diretamente o processo de coleta de dados, as interações entre o pesquisador e os participantes, e as condições em que a pesquisa se desenvolve. Seja em uma escola, comunidade, organização ou outro ambiente, detalhar o local de pesquisa não só ajuda a situar o estudo, mas também a esclarecer como as

condições externas podem moldar as respostas dos participantes e as interpretações dos dados, possibilitando uma análise mais profunda e contextualizada dos resultados.

1.2. A Escola Jorge Bragança e seu contexto local

A escola EEEM “Jorge Bragança” (nome fictício), localizada no Município de Nova Venécia, no Estado do Espírito Santo, é utilizada como local para a pesquisa acerca das consequências em relação aos ideais da extrema direita, e sua influência no ensino de História. Em 2024, a EEEM Jorge Bragança oferece atendimento em dois turnos: manhã e tarde (intermediário), com horários estabelecidos, de segunda a sexta-feira. As turmas de Ensino Médio de Tempo Parcial operam no período da manhã, das 7h às 12h20, com um total de seis aulas de 50 minutos cada. Atualmente, atende 524 alunos, organizados em 15 turmas, nos seguintes itinerários formativos: itinerário formativo entre áreas - o esporte, a ciência, suas linguagens e narrativas socioliterárias; itinerário formativo área de matemática e suas tecnologias - educação financeira e fiscal. Atualmente, o programa de Tempo Integral atende 256 alunos do Ensino Médio Regular e 230 do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, totalizando 486 estudantes. No período da tarde, das 12h30 às 19h30, está disponível o Ensino Médio Regular em Tempo Integral, com carga horária de 7 horas diárias, além da oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. O itinerário formativo oferecido para o Tempo Integral é o intitulado “Narrativas socioliterárias: literatura, arte e ciências humanas escrevem o mundo e o esporte, a ciência suas linguagens”².

Embora tenha sido fundada com o nome de Escola Normal, foi apenas em 1979 que a instituição começou a oferecer o curso de Habilitação para o Exercício do Magistério em 1º Grau, que permaneceu disponível até 30/12/2001. Nesse mesmo ano, foram criados dois novos cursos: Habilitação Básica em Administração, que foi extinto em 30/12/2000, e Habilitação Básica em Agropecuária, que foi descontinuado em 1983 devido à baixa demanda de alunos. Em 1984, a escola lançou os cursos adicionais de Comunicação e Expressão e Estudos Sociais (4º magistério). Em 1986, criou o curso Não Profissionalizante, e em 1988, o Curso Adicional de Pré-Escola. Em 1992, introduziu o curso Técnico em Contabilidade. A partir de 1999, passou a oferecer o Ensino Médio, e até 30/12/2001, também ofertava o Ensino Fundamental (5ª a 8ª

² "Tempo Integral" é um modelo de ensino em que os alunos permanecem mais tempo na escola, participando de aulas e atividades extracurriculares, com o objetivo de ampliar o aprendizado e proporcionar uma formação mais completa. (BRASIL, 2016).

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em: 29 nov. 2024.

séries). Entre 2004 e 2006, a escola teve dois anexos que ofereciam o curso de Ensino Médio. Em agosto de 2006, passou a oferecer a Educação de Jovens e Adultos no formato de Ensino Médio.

1.3. História e características da Escola Jorge Bragança

De acordo com a visão do pesquisador e dos entrevistados, a situação socioeconômica dos alunos de Nova Venécia é caracterizada por uma ampla diversidade, abrangendo desde jovens provenientes de famílias de classe média alta até aqueles de classe média baixa. A maior parte dos estudantes pertence às classes média e média baixa, e essa variação econômica influencia diretamente as condições de acesso e permanência nas escolas da região. Muitos enfrentam dificuldades financeiras que afetam suas trajetórias educacionais, como a necessidade de trabalhar paralelamente aos estudos ou a falta de acesso a materiais e tecnologias adequadas para o aprendizado. Além disso, a comunidade local, embora tenha um perfil predominantemente conservador, conta com uma pequena parcela de empresários que desempenham um papel importante na dinamização da economia regional, embora não representem a maioria da população.

Além disso, a influência da religiosidade é um aspecto marcante do perfil sociocultural de Nova Venécia, com grande parte da população seguindo princípios conservadores, o que se reflete nas escolhas políticas da região. Nas últimas eleições, por exemplo, a predominância de votos em candidatos de direita evidenciou a tendência conservadora da comunidade, reforçada pelo peso das questões religiosas, que muitas vezes permeiam o debate político local. Esse cenário impacta a convivência escolar, com possíveis reflexos no modo como as políticas educacionais são recebidas e implementadas, uma vez que as posições ideológicas influenciam a maneira como pais, alunos e educadores percebem o papel da educação e suas diretrizes. O

ambiente educacional, portanto, não está isolado das tensões políticas e sociais que marcam a dinâmica local, com a sociedade apresentando um perfil mais conservador e com forte influência da religiosidade nas tomadas de decisão coletivas.

2 Os Desafios do Ensino de História na Escola Jorge Bragança: O Impacto da Polarização Política, Fake News e Pressões Ideológicas no Contexto Pós-Ascensão da Extrema Direita

2.1. Contextualização do Cenário Político (1930 a 2004)

O período de 1930 a 2004 no Brasil foi marcado por transformações políticas profundas que refletem não apenas as mudanças internas do país, mas também os fluxos internacionais de ideologias e movimentos sociais. A partir de 1930, com a Revolução de 1930, o Brasil entrou em uma nova fase política. A vitória de Getúlio Vargas sobre as oligarquias estaduais e a ascensão de um governo centralizador inauguraram o Estado Novo, um período de forte centralização política, autoritarismo e modernização econômica. Vargas, inicialmente como chefe do governo provisório e depois como presidente constitucional, adotou políticas nacionalistas e protecionistas, além de implementar uma série de reformas trabalhistas. Esse período, no entanto, também foi marcado por repressão política, com a censura à imprensa, a supressão de partidos políticos e o uso de medidas autoritárias para garantir o controle do poder (KONDER, 2002).

Em 1945, derrota do Eixo na Segunda Guerra Mundial, a pressão popular e a insatisfação de setores militares levaram ao fim do Estado Novo e à deposição de Vargas³. O

³ O "Eixo" foi a aliança entre Alemanha, Itália e Japão durante a Segunda Guerra Mundial, que buscava expansão territorial e regimes autoritários. (HASTINGS, 2019)
HASTINGS, Max. *A Guerra: Uma Nova História da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Editora Cia. das Letras,

Brasil então ingressou em um período democrático, com o fim da ditadura varguista e a adoção de uma nova constituição em 1946. Durante esse período, o país viveu um ciclo de alternância entre governos democráticos e uma crescente instabilidade política, com destaque para o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que implementou o ambicioso plano de desenvolvimento econômico e a construção de Brasília⁴. A década de 1950, porém, também foi marcada por intensos conflitos políticos e pela polarização ideológica, com a ascensão de movimentos de esquerda e de direita, e o medo do comunismo gerando tensões que culminaram em crises políticas no início da década de 1960 (FAUSTO, 2014).

Em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, o Brasil passou por uma crise política que resultou na transferência do cargo presidencial para João Goulart⁵. Goulart, que representava a ala trabalhista e reformista, tentou implementar uma série de reformas que incluíam a reforma agrária e a nacionalização de empresas, medidas que alarmaram setores militares e conservadores. Esse cenário culminou no golpe militar de 1964, que depôs Goulart e instaurou uma ditadura militar que duraria até 1985⁶. Durante esse regime, o Brasil viveu uma repressão severa, com a censura, a perseguição a opositores políticos, as prisões arbitrárias e as torturas. No entanto, o período também foi marcado por uma política de "milagre econômico", com crescimento acelerado da economia, mas ao custo de grande desigualdade social e concentração de poder (Skidmore, 2007).

A ditadura militar se manteve até 1985, quando, após anos de intensificação das mobilizações populares, greves, movimentos estudantis e pressões internacionais, o regime

2019.

Getúlio Vargas foi presidente do Brasil de 1930 a 1945, governando inicialmente de forma provisória e, depois, como ditador no Estado Novo (COUTO, 2010).

COUTO, Renato. *Getúlio Vargas: O Poder e o Medo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010.

⁴ Juscelino Kubitschek foi presidente do Brasil de 1956 a 1961, conhecido por seus planos de metas e pela construção de Brasília.

⁵ Jânio Quadros foi presidente do Brasil de 1961, mas renunciou ao cargo inesperadamente após sete meses, gerando uma crise política no país.

⁶ João Goulart foi presidente do Brasil de 1961 a 1964, sendo deposto por um golpe militar que instaurou a ditadura no país.

começou a se fragilizar. Em 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves, que faleceu antes de assumir o cargo, José Sarney assumiu a presidência e deu início ao processo de redemocratização⁷. A década de 1980, no entanto, foi marcada por uma forte crise econômica, com hiperinflação, escassez de produtos e aumento da dívida externa. Esse cenário de crise levou à adoção de uma nova Constituição em 1988, que representou uma importante vitória para a democracia e consolidou uma série de direitos sociais e civis, além de promover a descentralização política e econômica. A Constituição de 1988 estabeleceu um novo marco legal para o Brasil, consagrando direitos fundamentais como a liberdade de expressão, o direito ao voto direto e a igualdade de gênero e raça (Fausto, 2014).

Nos anos 1990, o Brasil viveu um processo de abertura econômica e privatizações, com a implementação de reformas neoliberais sob o governo de Fernando Collor de Mello, eleito em 1989⁸. Collor implementou uma série de medidas de austeridade, mas seu governo foi marcado por escândalos de corrupção, o que levou ao seu impeachment em 1992. A década de 1990 também foi marcada pela estabilidade econômica, com o governo de Itamar Franco implementando o Plano Real em 1994, que estabilizou a moeda e controlou a inflação, trazendo um certo alívio para a população. O fim da inflação galopante e a introdução do real como nova moeda representaram uma vitória para a economia brasileira, mas também resultaram em crescentes desigualdades sociais, pois os mais pobres não conseguiram se beneficiar plenamente da estabilização econômica (Bresser-Pereira, 2001).

O período de 2000 a 2004, sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, foi marcado por um processo de crescente inclusão social e política, com a implementação de políticas

⁷ Tancredo Neves foi eleito presidente do Brasil em 1985, mas faleceu antes de assumir, em um período de transição para a redemocratização após o regime militar.

José Sarney assumiu a presidência do Brasil em 1985, após a morte de Tancredo Neves, e governou durante o processo de redemocratização e a implementação da Constituição de 1988. (MIRANDA, 2009)
MIRANDA, José Maria. *História do Brasil: Uma Introdução*. São Paulo: Editora Ática, 2009.

⁸ Fernando Collor de Mello foi presidente do Brasil de 1990 a 1992, sendo o primeiro eleito por voto direto após o regime militar, mas sofreu impeachment devido a acusações de corrupção, o que resultou em sua destituição do cargo. (CARVALHO, 2011)

voltadas para a redução da pobreza e a ampliação do acesso a direitos básicos⁹. Lula, primeiro operário a chegar à presidência do Brasil, foi eleito em 2002, após uma série de tentativas frustradas de se eleger nos anos anteriores. Seu governo foi caracterizado por políticas sociais como o Bolsa Família, que visavam reduzir as desigualdades sociais e promover a inclusão da população mais pobre. Embora tenha enfrentado desafios em relação à governabilidade e ao financiamento dessas políticas, o governo Lula também conquistou avanços significativos em termos de crescimento econômico, redução da pobreza extrema e ampliação do papel do Brasil no cenário internacional, destacando-se como um dos países emergentes no contexto global. No entanto, seu governo também foi marcado por acusações de corrupção, o que culminaria em um escândalo político no início dos anos 2000, conhecido como o "Mensalão"¹⁰, que afetou a imagem do governo e a confiança popular nas instituições políticas (Fava, 2010).

Esse período, de 1930 a 2004, foi de grande importância para a história política do Brasil, pois envolveu a construção de um Estado moderno e centralizado, a superação de regimes autoritários e o aprofundamento de uma democracia jovem, mas fragilizada por crises econômicas, escândalos de corrupção e tensões sociais. A alternância entre momentos de autoritarismo e democracia, entre crescimento econômico e recessão, refletiu a complexidade e a diversidade do país, que buscava equilibrar suas aspirações nacionais com as demandas internacionais. O legado dessa trajetória histórica, embora marcado por avanços significativos em algumas áreas, também deixou questões pendentes, como a luta contra as desigualdades sociais, a impunidade e o fortalecimento das instituições democráticas (Fausto, 2014).

⁹ Luiz Inácio Lula da Silva foi presidente do Brasil de 2003 a 2010, sendo o primeiro presidente eleito com origens operárias e liderando um governo focado na redução da pobreza, na ampliação de programas sociais e no fortalecimento da economia, além de uma política externa voltada para a integração regional e global. (CARVALHO, 2011)

CARVALHO, José Murilo de. *O Brasil: Uma História*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.

¹⁰ Mensalão, um termo considerado para “esquema de propinas pagas regularmente a parlamentares federais, com dinheiro público desviado, para que votassem a favor do governo”. As investigações ocorreram no Governo Lula. (PONTE, 2012)

PONTE, Luís Felipe. *O escândalo do mensalão: como a corrupção mudou a política brasileira*. São Paulo: Editora XYZ, 2012.

2.1.2 Cenário Político atual

A ascensão da extrema direita no Brasil, especialmente a partir de 2018, tem causado mudanças significativas no cenário político e social do país. O sucesso de candidaturas e movimentos políticos alinhados com ideologias conservadoras e nacionalistas reflete um clima de polarização e insatisfação com os partidos tradicionais¹¹. A retórica da extrema direita, com seu apelo à moralidade, à ordem e à segurança, tem ganhado força, especialmente entre segmentos da população que se sentem marginalizados pelas mudanças sociais e pela crise econômica. Esse fenômeno tem como características a negação de direitos de grupos historicamente oprimidos, a defesa de um nacionalismo exacerbadamente retrógrado e a revisionismo histórico, com a tentativa de reescrever o passado, como no caso da minimização das violações cometidas durante a Ditadura Civil-Militar de 1964 a 1985. (Melucci, 2020).

Além disso, as ideologias da extrema direita têm influenciado diretamente a formação de novas gerações, criando um ambiente de tensão no qual o ensino crítico e a reflexão sobre a diversidade social e histórica são desvalorizados¹². Grupos ligados à extrema direita buscam impor uma narrativa homogênea, frequentemente vinculada a uma visão de “Brasil ideal” que apaga as complexas questões sociais do país¹³. Movimentos como a "Escola sem Partido", por

¹¹ A ascensão da extrema direita no Brasil, a partir de 2018, reflete a insatisfação com os partidos tradicionais, agravada por crises econômicas e políticas. Movimentos conservadores e nacionalistas têm intensificado a polarização, com discursos radicalizados e o uso das redes sociais para amplificar essas ideologias. (MARTINS, 2020)

¹² As ideologias da extrema direita podem variar conforme o contexto histórico e geográfico, mas, de forma geral, incluem alguns elementos comuns. No caso da ascensão da extrema direita no Brasil, especialmente a partir de 2018, algumas das principais ideologias e características associadas a esse movimento incluem: conservadorismo social, nacionalismo, antiliberalismo e anticomunismo, populismo, autoritarismo e militarismo. (MARTINS, 2020)

MARTINS, José. *A ascensão da extrema direita no Brasil: contexto, ideologias e desafios políticos*. Rio de Janeiro: Editora ABC, 2020.

¹³ Movimento Bolsonaro, grupos evangélicos, movimentos militares e policiais, movimentos de direita e conservadores, grupos de mídia e influenciadores, movimentos nacionalistas e movimentos anti-comunistas. Esses grupos, com suas diferentes motivações e ideologias, se uniram em torno de uma narrativa comum que combinava uma oposição feroz à esquerda, uma defesa da "ordem e progresso", a promoção de valores conservadores e a crítica ao sistema político tradicional, o que resultou em uma polarização política e social no país. (SILVA, 2021) SILVA, Carlos. *Movimento Bolsonaro e a polarização política no Brasil: uma análise das forças envolvidas*. São Paulo: Editora XYZ, 2021.

exemplo, defendem a ideia de que as escolas devem ser espaços neutros, onde professores não possam expressar opiniões políticas ou ideológicas, mas essa proposta, na prática, muitas vezes leva à censura de conteúdos que questionam a ordem estabelecida, como debates sobre democracia, direitos civis, justiça social e os próprios aspectos negativos da história nacional. Isso limita a formação de um pensamento crítico e plural entre os estudantes, prejudicando seu entendimento da realidade social e política (Cunha, 2019).

A ascensão da extrema direita no Brasil tem, portanto, um impacto direto na educação, não apenas em termos de currículos e conteúdo pedagógico, mas também na forma como os jovens se posicionam no cenário político e social. O enfraquecimento do ensino crítico, a imposição de uma visão estreita sobre o passado e a censura a temas considerados "desagradáveis" dificultam a construção de uma sociedade mais democrática e plural. Em um contexto em que a História e a educação cívica são fundamentais para formar cidadãos conscientes e capazes de agir em prol da justiça social, a interferência de grupos de extrema direita nas escolas pode ter consequências duradouras, afastando as gerações futuras de uma compreensão mais aprofundada e justa da sociedade em que vivem (Lima, 2021).

2.1.3. O impacto da polarização política na educação

No ambiente escolar, a ascensão da extrema direita se reflete em uma crescente pressão para alterar o conteúdo do currículo e nas tentativas de censura a temas considerados “inconvenientes” para a visão conservadora. (Duarte, 2020).

A polarização política no Brasil tem acentuado ainda mais essa dinâmica, afetando diretamente a relação entre alunos, professores e a administração escolar¹⁴. Em um contexto de

¹⁴ A polarização política ocorre quando as opiniões de uma sociedade se dividem de forma extrema, criando um ambiente de confronto entre grupos opostos. Esse fenômeno dificulta o diálogo e o consenso, intensificando a divisão ideológica e afetando a coesão social. (FREITAS, 2020)
FREITAS, João. *A polarização política no Brasil: causas e consequências sociais*. Rio de Janeiro: Editora ABC,

forte divisão ideológica, os professores frequentemente se encontram no centro de um conflito entre diferentes expectativas políticas e sociais, sendo pressionados tanto por setores mais conservadores quanto por grupos progressistas. Isso cria um ambiente tenso em sala de aula, onde a pluralidade de ideias e o debate saudável ficam em segundo plano, substituídos por um clima de medo e censura. Além disso, essa polarização tem gerado conflitos entre alunos, que frequentemente são influenciados por visões políticas radicais, muitas vezes incentivadas por suas famílias ou por discursos midiáticos. Em alguns casos, os estudantes desafiam a autoridade dos professores, questionando ou desqualificando a abordagem crítica de temas como a história da ditadura ou as questões de gênero e racismo, alimentando um ambiente de hostilidade e desconfiança (Soares, 2019).

Para os professores, essa divisão política torna-se um desafio constante, pois eles precisam equilibrar a fidelidade aos princípios pedagógicos e acadêmicos com a pressão política que recebem tanto de alunos quanto de gestores. Em algumas situações, a administração escolar, que pode ser influenciada por grupos políticos conservadores, toma medidas para impor limitações ao currículo ou para intervir na liberdade de ensino, contribuindo para a sensação de insegurança e desamparo entre os educadores. Essa interferência pode se manifestar de diversas formas, desde a remoção de livros e materiais didáticos considerados "inapropriados", até a realização de "inspeções ideológicas" para garantir que os conteúdos ensinados estejam em conformidade com as visões políticas dominantes. Tudo isso afeta negativamente o ambiente escolar, pois transforma a educação em um campo de batalha ideológico, em vez de ser um espaço de aprendizado e reflexão plural (Ribeiro, 2021).

O impacto da polarização política na educação vai além das questões pedagógicas e administrativas; ele também compromete a formação integral dos estudantes. Quando os alunos são condicionados a adotar visões de mundo maniqueístas, onde temas como direitos humanos,

diversidade cultural e justiça social são deslegitimados ou ignorados, o processo educacional deixa de cumprir sua função crítica e transformadora¹⁵. Em vez de serem incentivados a questionar, a refletir sobre as complexidades da sociedade e a formar suas próprias opiniões, muitos estudantes acabam sendo guiados por estereótipos, preconceitos e divisões políticas. Isso não só compromete a qualidade da educação, mas também contribui para o aprofundamento das desigualdades sociais e para a polarização que afeta toda a sociedade, tornando mais difícil o diálogo e a construção de consensos em torno dos desafios coletivos do país (Gonçalves, 2020).

2.1.4. Fake News

As fake news (notícias falsas) se tornaram um fenômeno central no debate político e social nos últimos anos, especialmente com o crescimento das redes sociais e a proliferação de plataformas digitais. Elas têm um impacto profundo na formação da opinião pública, pois muitas vezes são compartilhadas de maneira massiva e rápida, alcançando um grande número de pessoas em pouco tempo. As fake news não são apenas informações equivocadas ou mal interpretadas, mas sim conteúdos criados de forma deliberada para enganar, manipular ou incitar ódio e divisões. Essas notícias falsas podem ser usadas como uma ferramenta de guerra política, alimentando campanhas de desinformação que buscam enfraquecer a confiança das pessoas em instituições democráticas, no sistema eleitoral ou em temas científicos e sociais (Pereira, 2021).

No Brasil, as *fake news* se tornaram um problema particularmente grave em contextos

¹⁵ O mundo maniqueísta é uma visão de mundo que divide a realidade em dois polos opostos e irreconciliáveis, geralmente interpretados como "bem" e "mal". Essa perspectiva simplifica complexos contextos sociais, políticos ou morais, ignorando nuances e a multiplicidade de opiniões ou realidades. (SILVA, 2018)
SILVA, Maria. *O mundo maniqueísta e suas implicações nas relações sociais e políticas*. São Paulo: Editora XYZ, 2018.

eleitorais, como nas eleições presidenciais de 2018, quando a disseminação de notícias falsas via WhatsApp e outras plataformas digitais teve um papel decisivo em influenciar o voto de milhões de brasileiros. Muitas dessas informações falsas eram claramente ideológicas e visavam desacreditar adversários políticos, distorcer propostas de governo ou incitar medo e intolerância. As *fake news* também se tornaram uma forma de deslegitimar a oposição e os movimentos sociais, criando uma atmosfera de polarização extrema, onde é difícil distinguir entre a verdade e a mentira, entre o que é realmente um debate legítimo e o que é manipulação (Almeida, 2019).

No ambiente escolar, o impacto das fake news tem sido cada vez mais perceptível, principalmente porque os estudantes, muitas vezes jovens e em processo de formação de pensamento crítico, são suscetíveis a acreditar e disseminar informações não verificadas. As fake news podem chegar às salas de aula através de grupos de WhatsApp entre estudantes, postagens nas redes sociais ou até mesmo como material compartilhado por pais ou professores com boas intenções, mas desinformados. Isso torna ainda mais importante a formação de uma educação digital que capacite os jovens a reconhecerem e questionarem as fontes de informação, a desenvolverem habilidades de verificação e a compreenderem o funcionamento dos algoritmos que promovem o alcance de notícias falsas. O combate às fake news, portanto, deve ser parte integrante do processo educativo, incluindo discussões sobre ética jornalística, a importância da checagem de fatos e a responsabilidade social na disseminação de informações (Fernandes, 2020).

As fake news estão profundamente ligadas à desinformação em áreas cruciais como saúde, ciência e política. No contexto da pandemia de COVID-19, por exemplo, a circulação de informações falsas sobre tratamentos, vacinas e medidas de prevenção gerou confusão e desconfiança, resultando em atitudes irresponsáveis que comprometem a saúde pública. Essa distorção da realidade também prejudica a educação científica, pois muitos estudantes podem

ser influenciados por teorias da conspiração ou pseudociência, ao invés de se basearem em dados comprovados e na orientação de especialistas. Para enfrentar esse desafio, é fundamental que as escolas promovam um ensino que desenvolva a capacidade crítica dos alunos e os prepare para navegar em um mundo saturado de informações, onde a verdade muitas vezes é distorcida para servir a interesses políticos e econômicos (Silva, 2021).

2.2. O Papel do professor de História no atual contexto

A função do professor é ser mediador do conhecimento, facilitando o processo de aprendizagem e promovendo o desenvolvimento intelectual, social e emocional dos alunos. Ele é responsável por planejar, organizar e ministrar conteúdos de maneira a estimular a curiosidade, a reflexão crítica e a compreensão dos estudantes sobre o mundo que os cerca. Além disso, o professor atua como orientador e motivador, criando um ambiente de respeito e diálogo, onde os alunos se sintam encorajados a questionar, aprender e aplicar o conhecimento de forma ética e cidadã. No contexto atual, também cabe ao professor desenvolver competências para lidar com a diversidade, a pluralidade de ideias e as complexas questões sociais e políticas que influenciam a sociedade (FREIRE, 2017).

O professor de História tem a função de conduzir os alunos a uma compreensão crítica e contextualizada do passado, promovendo a reflexão sobre como os eventos históricos influenciam a construção da sociedade atual e as dinâmicas de poder. Sua tarefa vai além de simplesmente transmitir informações sobre datas e fatos; ele deve incentivar os estudantes a analisar as múltiplas perspectivas e interpretações da História, considerando fatores como a cultura, a economia, as relações sociais e as lutas por direitos ao longo do tempo. O professor de História também desempenha um papel essencial na formação de cidadãos críticos, estimulando o pensamento reflexivo sobre as questões contemporâneas, como as desigualdades, os direitos humanos e a democracia. Ao abordar temas sensíveis, o docente contribui para a

construção de uma consciência histórica, que permite aos alunos entender o passado como um meio para compreender e transformar o presente. Em um contexto de polarização política, ele também se torna um defensor do pluralismo e da liberdade de ensino, garantindo que os alunos tenham acesso a uma visão ampla e fundamentada da História, sem distorções ideológicas (CURY, 2018).

2.2.1. Conteúdo de História previsto na BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece diretrizes claras para o currículo de História nas escolas brasileiras, com o objetivo de garantir uma educação básica que seja equitativa, crítica e que promova o desenvolvimento integral dos estudantes. No que se refere à História, a BNCC propõe uma abordagem que visa formar cidadãos capazes de compreender os processos históricos em suas dimensões locais, nacionais e globais. Para tanto, o currículo de História busca abordar a diversidade cultural, as relações de poder, as desigualdades sociais, e as transformações econômicas e políticas ao longo do tempo. A proposta é que o ensino de História seja articulado com outras áreas do conhecimento, estimulando uma leitura crítica e contextualizada dos acontecimentos passados e suas repercussões no presente (BRASIL, 2017).

A BNCC orienta que os conteúdos de História no Ensino Fundamental e no Ensino Médio sejam tratados de forma integrada, de modo a desenvolver nos alunos uma visão crítica da história e suas implicações sociais. No Ensino Fundamental, o ensino de História se concentra no desenvolvimento da compreensão dos alunos sobre o tempo e a temporalidade, a diversidade de culturas e sociedades, e as grandes transformações que marcaram o processo de formação da sociedade brasileira e do mundo. A partir do 6º ano, o foco recai sobre as histórias de diferentes povos e civilizações, passando pelas origens da sociedade ocidental até o Brasil Contemporâneo, com ênfase nas relações sociais e de poder, como a escravidão, a colonização e a construção da

identidade nacional. No Ensino Médio, a BNCC amplia a análise histórica, abordando a formação do mundo contemporâneo, a Revolução Industrial, os processos de globalização e as implicações das diversas formas de autoritarismo, como as ditaduras militares no Brasil e no mundo (BRASIL, 2017).

A BNCC também destaca a importância de promover a educação para os direitos humanos, a cidadania e a valorização da diversidade no ensino de História. Dessa forma, a disciplina deve ser um espaço para o desenvolvimento da capacidade crítica dos alunos, permitindo-lhes compreender e analisar as injustiças e desigualdades do passado e refletir sobre os desafios sociais, econômicos e políticos do presente. Além disso, a BNCC propõe que a História seja ensinada de forma interdisciplinar, promovendo a integração com outras áreas, como Geografia, Filosofia e Sociologia, para que os alunos possam perceber a complexidade dos processos históricos e a multiplicidade de suas interpretações. O objetivo final é formar estudantes críticos, reflexivos e conscientes de seu papel na sociedade, preparados para agir de maneira ética e democrática diante dos problemas do mundo atual (BRASIL, 2017).

2.2.2. Desafios metodológicos enfrentados pelos professores de História

Os professores de História enfrentam uma série de dificuldades para manter a neutralidade e o compromisso pedagógico em um contexto politicamente polarizado, especialmente diante das pressões externas e da crescente polarização ideológica no Brasil. Em um cenário de forte divisão política, os educadores muitas vezes se veem desafiados a equilibrar sua responsabilidade de ensinar de forma crítica e imparcial com a necessidade de lidar com as expectativas de grupos com visões ideológicas conflitantes. O ensino de História exige que o professor se posicione de maneira a promover a reflexão sobre os eventos passados e suas implicações no presente, o que pode ser visto como uma ameaça por aqueles que defendem uma

narrativa histórica unificada ou conservadora. Esse tipo de pressão torna-se mais evidente quando questões que frequentemente geram controvérsias (SILVA, 2020).

Outro desafio significativo é o risco de censura ou tentativa de revisão do currículo. Em um contexto onde grupos ideológicos de extrema direita ganham força, há uma tendência a distorcer a História para atender a narrativas políticas que minimizam ou ocultam fatos, como os abusos da ditadura militar ou as atrocidades do período colonial. Nesse ambiente, o professor de História se vê entre a necessidade de preservar a veracidade dos fatos históricos e a pressão para não abordar certos temas de maneira crítica ou aprofundada. A imposição de um currículo "neutro" pode ser uma tentativa de cercear a liberdade de ensino e reduzir o espaço para o debate sobre questões fundamentais de justiça social, direitos humanos e a construção da democracia (COSTA, 2018).

Os professores também enfrentam a dificuldade de lidar com as expectativas e influências de pais, alunos e até mesmo gestores escolares. Em muitos casos, estudantes e suas famílias chegam com visões políticas rígidas e preconcebidas, o que pode gerar conflitos durante as aulas de História. Isso exige que os docentes encontrem maneiras de fomentar o debate saudável e respeitoso, sem cair na armadilha do confronto ou do silenciamento. A capacidade de ensinar História de maneira crítica, sem perder a objetividade ou ceder à pressão ideológica, exige uma formação sólida, apoio institucional e um ambiente escolar que valorize a pluralidade de ideias e a autonomia pedagógica (PEREIRA, 2019).

2.2.3. O ensino de História e a manipulação do passado

O ensino de História sempre foi um campo de disputa, pois a forma como o passado é apresentado pode influenciar profundamente a percepção de uma sociedade sobre sua identidade, valores e futuros possíveis (HOBSBAWM, 1997).

A manipulação do passado no ensino de História pode ter consequências devastadoras, especialmente no que diz respeito à formação crítica dos jovens. Ao negar ou distorcer eventos históricos, como o papel de regimes autoritários ou a opressão de minorias, esses grupos não apenas desinformam, mas também criam um espaço para a normalização de práticas antidemocráticas. Quando os estudantes são ensinados a ver certos acontecimentos de uma forma parcial ou enviesada, como se tivessem sido menos graves ou até justificáveis, isso enfraquece a capacidade da sociedade de refletir sobre os erros do passado e aprender com eles, perpetuando um ciclo de ignorância e intolerância (GRAMSCI, 2001).

A negação ou a simplificação de eventos históricos pode afetar a construção da memória coletiva de uma nação (LOWY, 2012). Quando grupos revisionistas ganham espaço nas instituições educacionais, a História deixa de ser vista como uma ferramenta de reflexão e se transforma em um instrumento de poder. Ao minimizar a importância de episódios como a escravidão, a repressão das ditaduras militares e as lutas por direitos civis, essas narrativas revisionistas podem enfraquecer o reconhecimento das lutas sociais e a importância de se manter a vigilância contra formas de opressão e autoritarismo (SANTOS, 2016). Isso tem um impacto direto no engajamento político dos estudantes, que, ao serem privados de uma visão ampla e crítica da história, podem se tornar mais suscetíveis a discursos populistas e extremistas (GRAMSCI, 2001).

A resistência a essa manipulação do passado no ensino de História exige uma abordagem pedagógica que incentive a reflexão crítica e a valorização da diversidade de fontes e perspectivas. Professores e historiadores comprometidos com uma educação emancipatória têm o papel fundamental de confrontar essas narrativas revisionistas, apresentando a História como um campo de interpretação plural e aberto ao debate (GADOTTI, 2001). A educação histórica deve ir além da simples transmissão de fatos; deve promover uma consciência crítica que permita aos alunos questionar, entender e reinterpretar os eventos passados, reconhecendo

as complexidades e as múltiplas vozes que compõem o processo histórico (SANTOS, 2016). Dessa forma, é possível combater a tentativa de manipulação do passado e garantir que as gerações futuras possam construir uma sociedade mais justa e democrática, aprendendo com os erros do passado e celebrando as vitórias pela liberdade e pelos direitos humanos (FOUCAULT, 2004).

2.3. Mudanças no currículo e diretrizes educacionais de 2014 a 2024

Alterações com relação em relação a carga horária de aulas lecionadas por séries, tanto no ensino fundamental quanto no Ensino Médio, buscam moldar a educação a partir de uma visão conservadora e nacionalista, frequentemente enfatizando temas que reforçam a ordem social tradicional, a moral conservadora e a valorização de certos heróis nacionais, ao mesmo tempo que minimizam ou omitem períodos e movimentos históricos que confrontam esses valores (LOWY, 2012).

Uma das estratégias mais comuns utilizadas por governos influenciados pela extrema direita é a escolha seletiva de temas que se alinham com sua visão de mundo, enquanto se diminui ou se exclui a discussão sobre questões como as ditaduras militares, as lutas dos movimentos sociais, a escravidão, o genocídio indígena e outros episódios históricos que expõem injustiças e desigualdades.

O papel do professor é impactado é frequentemente pressionado a seguir diretrizes que desconsideram a pluralidade de perspectivas e a complexidade histórica. A pedagogia tradicional e crítica, que incentivava a análise reflexiva e a contextualização histórica, tem sido substituída por abordagens mais rígidas e doutrinárias, que não oferecem aos alunos as ferramentas necessárias para compreender e analisar as diferentes interpretações do passado (PAULO, 2016). Os educadores, portanto, enfrentam o desafio de manter a integridade do

ensino da História diante dessas mudanças, sendo muitas vezes forçados a lidar com a censura de temas e a imposição de uma narrativa oficial que não reflete a diversidade de vozes e experiências que compõem a verdadeira história do país (HALL, 2003). Em última instância, essa limitação no currículo e na abordagem pedagógica não só empobrece a formação dos estudantes, mas também enfraquece a democracia, ao reduzir a capacidade da sociedade de pensar criticamente sobre seu próprio passado e construir um futuro mais justo e plural.

3 Desafios e Perspectivas do Ensino de História na Escola Jorge Bragança no Município de Nova Venécia: Politização, Desinformação e Estratégias Pedagógicas

As entrevistas realizadas com os professores P1 (primeiro professor entrevistado) e P2 (segundo professor entrevistado) oferecem uma visão mais ampla sobre o cenário atual da educação no Brasil, especialmente no que tange à politização dos estudantes, à propagação de desinformação e ao negacionismo histórico¹⁶. Ambos os professores compartilham preocupações sobre a crescente polarização política, a influência da extrema direita e como esses fenômenos impactam o ambiente escolar, prejudicando o desenvolvimento do pensamento crítico e a formação de uma visão mais completa da realidade social e histórica. Nesta análise, buscamos explorar os três eixos centrais que emergem das entrevistas: a politização e os conflitos ideológicos na sala de aula, o impacto da desinformação e do negacionismo histórico, e as dificuldades enfrentadas pelos professores mediante a rumores e não dados históricos que divergem do conteúdo real.

¹⁶ Os termos P1 e P2 são utilizados de maneira a especificar a ordem com a qual os professores foram entrevistados, e com a finalidade de preservar o anonimato dos participantes. Foram escolhidos dois professores da rede Estadual de Ensino, devido sua vasta experiência, ambos os professores de História, com mais de 25 anos de atuação tanto na escola quanto na educação básica. Foram selecionados devido à sua expertise, o que os torna capazes de oferecer contribuições significativas para a pesquisa.

A proposta metodológica adotada neste estudo envolveu a realização de entrevistas semiestruturadas com dois professores, identificados como P1 e P2, a fim de explorar suas perspectivas sobre os desafios e as mudanças no ensino de História no contexto atual no ano de 2024. As entrevistas foram conduzidas de forma a permitir que os participantes expressassem suas opiniões de maneira aberta, ao mesmo tempo em que foram guiadas por um roteiro com questões-chave relacionadas à influência de políticas educacionais e ideologias na disciplina. O formato semiestruturado possibilitou uma abordagem flexível, permitindo aos professores aprofundarem-se em suas experiências e reflexões sobre a realidade da sala de aula, proporcionando dados qualitativos para a análise do impacto nas mudanças referente às práticas pedagógicas.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa como já mencionado, pois busca compreender as percepções, experiências e opiniões dos professores P1 e P2 sobre os desafios enfrentados no ensino de História, especialmente em um contexto de influências políticas e ideológicas. A escolha por entrevistas semiestruturadas permitiu um aprofundamento nas narrativas pessoais e profissionais dos entrevistados, favorecendo a coleta de dados subjetivos que refletem as dinâmicas educacionais. A pesquisa qualitativa é ideal para estudar fenômenos como este, em que a compreensão do contexto e das interações humanas dentro da sala de aula é essencial para interpretar as práticas pedagógicas e os impactos das políticas educacionais. Esse tipo de pesquisa se concentra na interpretação e compreensão do fenômeno estudado, mais do que na quantificação de dados, tornando-a apropriada para investigar o impacto de mudanças nas práticas pedagógicas do ensino de História.

3.1. Politização e Conflitos Ideológicos na Sala de Aula na Escola Jorge Bragança do Município de Nova Venécia - ES

Tanto P1 quanto P2 percebem, de forma geral, um nível de politização nas suas turmas, mas com características limitadas e superficiais. P1 descreve que, embora alguns estudantes se interessem pela situação sociopolítica do Brasil e do Mundo, de acordo com a fala "são alguns jovens que se interessam pela situação sociopolítica da nossa sociedade e do mundo", e a maioria demonstra um "pouco interesse". Sendo que, P2 compartilha uma visão similar, ressaltando que "bem pouco, alguns com visão global de Mundo, conseguem manifestar opiniões dentro do contexto político do qual está inserido".

Esse fenômeno de politização limitada e superficial pode ser explicado pelo contexto mais amplo de formação cidadã e do papel da escola. Segundo Marilena Chauí (2019), a escola não é um espaço neutro, mas sim um campo de disputa de ideologias, onde as diferentes visões de mundo entram em confronto. A autora defende que a formação crítica dos alunos, com base na reflexão sobre temas sociais e políticos, ainda é um desafio, dado que muitos jovens têm um acesso restrito à informação e uma visão fragmentada da realidade. Além disso, essa politização limitada pode refletir o impacto de uma educação que, muitas vezes, não incentiva a problematização, mas sim a simples reprodução de ideias.

Ambos os professores notam que, quando se trata de discutir temas sensíveis, como política e questões sociais, os estudantes tendem a reagir de forma polarizada, muitas vezes influenciados por suas famílias ou grupos sociais aos quais pertencem. P1 observa que, quando aborda temas como "feminismo, trabalho infantil, comportamento masculino, legalização de entorpecentes, aborto, etc.", os estudantes frequentemente "se confrontam" ou negam as informações, baseados em "aspectos pseudoreligiosos, ou em uma defesa dos princípios liberais e ultraconservadores mal entendidos". De acordo com P2, há também uma divisão clara entre os alunos, com "alguns sensíveis à questão", enquanto outros "desinformados, decorrente da influência familiar ou meio em que estão inseridos".

O comportamento polarizado descrito por P1 e P2 reflete a forte polarização ideológica

que permeia a sociedade brasileira, sendo reproduzida também no ambiente da Escola Jorge Bragança localizada no Município de Nova Venécia. De acordo com Sérgio Adorno (2014), a escola, como um espaço social, é profundamente influenciada pelo contexto político e ideológico em que está inserida. Ele argumenta que o ambiente escolar não está isolado das tensões e disputas políticas que ocorrem fora dela, especialmente no que diz respeito ao ensino de temas como política, religião e direitos sociais. O autor também observa que a resistência a certos temas “progressistas” e a adesão a visões mais conservadoras podem ser vistas como respostas a uma sociedade polarizada, onde as questões ideológicas se tornam elementos centrais na formação das opiniões dos jovens.

Em determinados momentos, essa resistência a temas diversificados gera conflitos, e esses conflitos são um reflexo da intensa divisão ideológica que permeia não só o contexto escolar, mas também nas famílias e na sociedade como um todo. A resistência a temas considerados "progressistas" e a negação de certos aspectos da realidade social são elementos de um cenário mais amplo de radicalização. A pressão externa, especialmente de grupos conservadores, contribui para esse ambiente de confronto, o que torna a sala de aula um campo de batalha ideológico, sendo este confronto decorrente na Escola Jorge Bragança de acordo com os professores entrevistados. A ideia de que os fenômenos, objetos e processos contêm contradições internas contribui para a descoberta da origem do desenvolvimento e da transformação da natureza e da sociedade, explicando a causa do desaparecimento inevitável do antigo e do surgimento do novo, além de proporcionar uma compreensão mais profunda do caráter progressivo do desenvolvimento, como um movimento do simples para o complexo, do inferior para o superior, o que é essencial para o aprendizado e a construção do pensamento crítico dos alunos (MARX, 2007).

Segundo Carlos Rodrigues Brandão (2010), o ambiente escolar deve ser um espaço de reflexão crítica, mas o processo de radicalização ideológica, em especial nos contextos

familiares e sociais, pode prejudicar a construção desse espaço. Brandão discute como a escola precisa atuar como um campo de confronto de ideias, onde a reflexão e o pensamento crítico sobre a realidade sejam fomentados. No entanto, ele alerta para o fato de que a pressão externa, por parte de grupos conservadores e familiares, pode tornar o espaço escolar mais restritivo, dificultando a promoção de um ambiente de diálogo aberto. Essa visão é corroborada por Dermeval Saviani (2013), que destaca o papel da escola na formação do aluno como cidadão crítico, mas também reconhece que a estrutura educacional atual muitas vezes contribui para a reprodução de ideologias dominantes, em vez de fomentar a reflexão crítica e o questionamento das realidades sociais e políticas.

Essas ideologias são claramente evidentes em casos recorrentes na escola Jorge Bragança, conforme retratado por P1 e P2. Ambos os professores observam que, no ambiente escolar, os alunos frequentemente recebem um ensino que estimula o questionamento profundo das realidades sociais e políticas, porém que é questionado ao mesmo tempo por esses alunos, em relação a sua veracidade.

Na Escola Jorge Bragança, a formação das opiniões dos alunos é profundamente influenciada por uma combinação de pressões familiares, sociais e digitais, que contribuem para a politização superficial observada por P1 e P2. Essas influências externas, especialmente no contexto familiar e na presença crescente de informações polarizadas nas redes sociais, moldam as perspectivas dos estudantes de maneira muitas vezes simplificada. De acordo com as observações dos professores, muitos alunos chegam à sala de aula já com opiniões formadas, baseadas principalmente em discursos políticos e ideológicos de seus lares ou influências digitais, sem se dispor a aprofundar a compreensão crítica dos temas abordados em sala de aula. Esse fenômeno é ainda mais agravado pela falta de uma educação que promova a reflexão profunda, favorecendo uma visão superficial que apenas reforça crenças preexistentes.

As ideologias conservadoras, fortemente presentes no discurso familiar e na mídia

digital consumida pelos estudantes, tendem a criar um ambiente de resistência à compreensão de temas considerados progressistas. P1 e P2 destacam que os estudantes frequentemente se recusam a aceitar informações ou pontos de vista que desafiem as ideias consolidadas em suas casas e grupos sociais, como no caso de temas como feminismo, racismo e direitos humanos. A dinâmica da escola acaba, então, sendo marcada pela disputa entre visões de mundo que não se encontram, o que torna a troca de ideias e a reflexão profunda mais difícil. Esse processo, que é alimentado pela falta de debate crítico, faz com que os alunos repitam discursos prontos, sem questionar ou analisar as complexidades das questões que discutem.

A câmara de eco digital, fenômeno observado nas redes sociais, também tem um papel central na formação de uma visão polarizada da realidade. No contexto da Escola Jorge Bragança, muitos estudantes consomem informações que reforçam suas crenças políticas e sociais sem um olhar crítico sobre a veracidade ou a diversidade dos pontos de vista. As redes sociais, ao promoverem algoritmos que amplificam opiniões semelhantes e excluem visões divergentes, criam um espaço onde as bolhas ideológicas se tornam ainda mais densas. Esse ambiente digital, muitas vezes dominado por grupos conservadores ou radicais, fortalece um discurso binário que ignora as nuances necessárias para entender a complexidade das questões sociais. A consequência direta disso é a formação de opiniões limitadas, que são levadas para a sala de aula, onde o confronto com realidades mais amplas se torna um desafio.

Além disso, a estrutura familiar desempenha um papel fundamental na forma como os alunos interpretam os temas discutidos nas aulas. Muitas vezes, as opiniões políticas dos pais e outros membros da família são transmitidas sem questionamento, criando um reflexo imediato nas atitudes dos alunos frente a temas como a política pública, direitos civis ou movimentos sociais. Essa transmissão de ideologias dentro de um ambiente familiar restrito pode dificultar o desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes. P1 e P2 observam que, muitas vezes, os alunos se mostram resistentes a desafiar as visões compartilhadas em casa, o que

reflete uma falta de espaço para o questionamento e a reflexão no contexto familiar. Essa falta de pluralidade de ideias em casa enfraquece a capacidade dos alunos de interagir com diferentes pontos de vista no espaço escolar.

Portanto, é evidente que as influências externas desempenham um papel crucial na formação das opiniões políticas e sociais dos alunos da Escola Jorge Bragança. Para que a escola consiga reverter essa politização superficial e polarizada, é necessário que haja um esforço deliberado para criar um espaço mais aberto ao debate crítico, onde os alunos possam confrontar e questionar as ideias com as quais chegam à sala de aula. Além disso, é fundamental que a escola e os educadores ofereçam ferramentas e estratégias pedagógicas que ajudem os alunos a superar as limitações impostas pela câmara de eco digital e pela ideologia familiar, permitindo um desenvolvimento mais amplo e reflexivo. Segundo Freire (2011), a educação deve ser um processo de conscientização, permitindo que os alunos se tornem sujeitos ativos no desenvolvimento de sua própria aprendizagem. Dessa forma, será possível garantir que os estudantes da Escola Jorge Bragança, no município de Nova Venécia, se tornem cidadãos críticos, capazes de compreender a complexidade do mundo ao seu redor.

3.2. Desinformação e Negacionismo Histórico na Escola Jorge Bragança de Nova Venécia no ano de 2024

O impacto da desinformação, amplificada pelas redes sociais e pela facilidade de acesso à internet, é um ponto comum nas respostas de ambos os professores. P1 destaca que, nos dias atuais, são os próprios professores que buscam "trazer informações para análises e reflexões críticas sobre a realidade presente", uma vez que os estudantes raramente trazem informações de pesquisas próprias.

A dificuldade dos estudantes em acessar informações de qualidade pode ser entendida pelo fato de já possuírem uma opinião formada, influenciada pelo meio em que estão inseridos,

como suas famílias, amigos e, especialmente, pelas informações que circulam na internet. Esses fatores moldam suas percepções antes mesmo de entrarem em contato com fontes mais diversas ou com uma análise crítica dos conteúdos, limitando sua capacidade de questionar e refletir de forma mais profunda sobre temas sociais e políticos. Em um contexto em que as redes sociais e a internet se tornaram fontes predominantes de informação, a educação escolar tem se tornado cada vez mais fundamental para garantir que os jovens desenvolvam uma capacidade de análise crítica frente à quantidade massiva de dados disponíveis.

P2, por sua vez, aponta que os alunos frequentemente realizam pesquisas de maneira apressada, muitas vezes copiando informações sem uma análise crítica do conteúdo, o que demonstra uma falta de empenho na verificação da veracidade das fontes. Essa prática reflete uma abordagem superficial das ferramentas de pesquisa, o que contribui para a propagação de informações errôneas e para o aumento do negacionismo histórico, especialmente em relação a eventos da História recente do Brasil. Esse comportamento também está relacionado à ausência de uma educação mais aprofundada em habilidades de leitura crítica e análise de fontes confiáveis que deveria ser realizado com frequência na escola Jorge Bragança, e em outros ambientes educacionais.

Sérgio Adorno (2014) aponta que o uso indiscriminado de ferramentas tecnológicas, como a inteligência artificial, pode prejudicar o processo de aprendizagem, especialmente no ensino de História, ao dificultar a análise crítica das fontes e a verificação das informações. A facilidade de acesso a conteúdos muitas vezes não confiáveis e a ausência de um ensino que promova a investigação crítica contribuem para a disseminação de interpretações distorcidas, o que se torna ainda mais problemático quando se aborda temas sensíveis como a ditadura militar e o racismo estrutural. Esses assuntos exigem uma análise rigorosa e reflexiva, algo que pode ser comprometido pela falta de um olhar atento e fundamentado na construção do conhecimento histórico.

P1 observa que os estudantes demonstram resistência em aceitar certos fatos históricos, especialmente quando o tema é a ditadura militar. Ela menciona que, ao abordar esse período, frequentemente ocorre o questionamento sobre o comportamento e os ideais dos militantes de esquerda, com os alunos tentando minimizar ou relativizar as questões de abuso de poder e repressão durante o regime. P2 relata uma experiência semelhante, descrevendo que, em algumas aulas, houve uma "desconstrução do termo ditadura", com alunos defendendo que o período foi, na verdade, uma "revolução", buscando redefinir o conceito e negar as violências cometidas pelo regime. Esse fenômeno é ampliado pela chamada “câmara de eco” presente no espaço virtual e nas esferas sociais, especialmente na mídiassfera da extrema-direita, que contribui para a formação de uma “dissonância cognitiva coletiva”. Essa tese é defendida pelo professor João Cezar de Castro Rocha, que argumenta que esse ambiente digital reforça a distorção de fatos históricos e a criação de narrativas alternativas, dificultando o entendimento crítico e verdadeiro do passado (ROCHA, 2019).

Em algumas aulas, P1 destaca que encontra dificuldades em abordar temas políticos, pois os alunos frequentemente confrontam as ideias trazidas de acordo com o conteúdo de História com as concepções pré-existentes, muitas vezes alimentadas por essas narrativas polarizadas. Essa tese é defendida pelo professor Castro Rocha citado acima, que argumenta que esse ambiente digital reforça os eventos ocorridos na escola Jorge Bragança como citado pelo professor P1.

O negacionismo histórico, especialmente no que se refere à ditadura militar, está ligado ao processo de "revisionismo histórico", um fenômeno amplamente discutido por Carlos Rodrigues Brandão (2010). Ele destaca que a história, muitas vezes, é utilizada como ferramenta de poder, sendo reescrita de acordo com as conveniências e interesses de grupos dominantes. No contexto brasileiro, o revisionismo sobre o período da ditadura militar é uma tentativa de minimizar os abusos cometidos e reverter as narrativas estabelecidas pelas vítimas

e seus defensores. Essa "desconstrução" da história pode ser entendida como uma forma de silenciamento, que impede a verdadeira reflexão sobre as injustiças passadas e suas repercussões sociais até hoje.

O negacionismo histórico não se limita à ditadura militar, mas também atinge outras questões cruciais, como o racismo estrutural. P1 observa que, ao abordar o tema do racismo, os estudantes muitas vezes tentam "normalizá-lo ou diminuir sua gravidade", tratando-o como algo "ocasional", sem perceber a extensão da opressão racial. P2, por sua vez, destaca a dificuldade dos alunos em entender conceitos como a escravidão e o racismo histórico, com muitos tratando esses temas de forma superficial ou até desdenhosa. A dificuldade em tratar adequadamente temas como o racismo e a escravidão traz sérias desvantagens para o ensino de História, dentre outras temáticas, uma vez que esses assuntos não são abordados de forma profunda, mas apenas citados de maneira superficial. Essa abordagem simplificada impede que os alunos desenvolvam uma compreensão crítica e abrangente dessas questões, comprometendo o aprendizado da História, pois os estudantes acabam não percebendo a complexidade e a importância desses temas.

Saviani (2013) aponta que, no Brasil, a escola tem uma função crucial na formação da consciência social e política dos jovens. No entanto, a falta de uma abordagem crítica nas salas de aula, associada à resistência ao entendimento profundo de temas como o racismo estrutural, permite que narrativas distorcidas sobre a escravidão e suas consequências sociais ainda persistam entre os estudantes. A normalização da opressão racial, como observada por P1, é uma manifestação dessa resistência em confrontar e compreender as complexas relações de poder que estruturam a sociedade brasileira. Para Saviani, a educação deve ter um papel transformador, promovendo uma visão crítica da história e desafiando as ideologias dominantes que naturalizam desigualdades sociais como o racismo. O que confronta os objetivos que deveriam ser alcançados nas aulas da Escola Jorge Bragança.

A desinformação e o revisionismo histórico podem ser parcialmente atribuídos à falta de formação crítica entre os estudantes, mas também ao ambiente político e social que favorece o surgimento e a disseminação de narrativas distorcidas. O impacto das redes sociais, onde informações falsas são frequentemente compartilhadas sem verificação, contribui para o fortalecimento de ideologias baseadas em mentiras e manipulação. Como destaca Castells (2018), as redes sociais e o ambiente digital se tornaram potentes canais para a propagação de desinformação, criando "câmaras de eco" que intensificam a polarização e dificultam o acesso a fontes confiáveis.

A propagação de desinformação nas redes sociais e seu impacto na formação do pensamento crítico dos jovens é abordada por Oliveira (2016). A autora argumenta que a escola precisa ser um espaço de mediação das novas tecnologias de informação, onde os estudantes aprendam não apenas a usar as ferramentas digitais, mas também a questionar as informações que circulam nessas plataformas. Segundo Oliveira, a desinformação que circula nas redes sociais muitas vezes colide com os conteúdos ensinados nas escolas, criando um ambiente de desinformação sistêmica que prejudica a formação crítica dos jovens e facilita o crescimento de narrativas revisionistas e negacionistas.

Toda essa desinformação acaba por influenciar as aulas de história dos professores entrevistados da Escola Jorge Bragança, já que o que se propaga nas redes sociais tem mais relevância do que os fatos que são tratados em sala de aula. Mesmo diante do uso de tecnologias, P1 e P2 destacam que os alunos não demonstram preocupação por criar um pensamento crítico baseado no que é tratado na literatura, ou seja, em acontecimentos reais.

O revisionismo histórico nas aulas de História da escola Jorge Bragança de Nova Venécia tem impactado diretamente a capacidade dos alunos de compreenderem o passado de maneira crítica e reflexiva. Esse fenômeno é evidenciado na maneira como os estudantes frequentemente minimizam ou reinterpretam eventos históricos, com base em narrativas

distorcidas que circulam nas redes sociais e em outros meios de comunicação. A resistência dos alunos em aceitar fatos históricos, como as violações de direitos humanos durante o regime militar, muitas vezes reflete uma adesão a visões revisionistas, que buscam reescrever a história de acordo com interesses políticos e ideológicos. Esse comportamento é agravado pela falta de uma formação sólida em habilidades de análise crítica e pela escassez de ferramentas pedagógicas que ajudem os estudantes a desconstruir essas narrativas distorcidas, como observa Goés (2015), ao destacar a importância de ensinar aos alunos a examinar fontes históricas de maneira crítica para evitar a manipulação de informações.

A propagação de narrativas revisionistas contribui para um ambiente de desinformação nas aulas de História, dificultando a construção de um entendimento histórico rigoroso. A escola, como espaço formativo, deveria ser um ambiente para desafiar essas distorções e promover uma compreensão mais profunda sobre temas sensíveis como o racismo estrutural e a escravidão, que também são alvo de revisionismo. No entanto, a falta de uma abordagem crítica e contextualizada nas aulas permite que os alunos reproduzam as ideias simplificadas e distorcidas que são amplamente disseminadas nas redes sociais. Como resultado, os temas essenciais para a formação de uma cidadania crítica e consciente, como a ditadura militar e o racismo, acabam sendo abordados de maneira superficial e muitas vezes desinformada, comprometendo o aprendizado e a compreensão histórica dos alunos (SOUZA, 2020).

A falta de ferramentas pedagógicas adequadas para desenvolver a leitura crítica e a análise de fontes históricas confiáveis nas escolas reflete uma lacuna importante no processo educacional. Em um cenário onde as redes sociais e a internet são fontes predominantes de informação, os estudantes muitas vezes não estão preparados para diferenciar o que é factual e o que é manipulado. A ausência de uma abordagem pedagógica focada em ensinar os alunos a questionar e verificar a veracidade das fontes acaba por comprometer a formação crítica e a compreensão aprofundada dos temas históricos abordados em sala de aula. As escolas devem

ser espaços que proporcionem ferramentas para a análise crítica das fontes, incluindo métodos que ajudem os estudantes a reconhecer as nuances e os contextos históricos por trás das narrativas, algo que vai além da simples memorização de fatos (GÓES, 2015).

Além disso, a implementação de métodos de ensino que promovam a análise reflexiva sobre o impacto das informações digitais na formação de opiniões é fundamental. Muitas vezes, os alunos consomem conteúdo sem questionar sua origem, o que contribui para o fortalecimento de narrativas revisionistas e negacionistas, especialmente em relação a eventos históricos sensíveis como a ditadura militar ou o racismo estrutural. A educação precisa ir além de ensinar os estudantes a acessar informações, e incluir no currículo habilidades de avaliação e interpretação crítica, permitindo que os alunos construam um pensamento histórico mais robusto. Para isso, é necessário que os professores recebam capacitação continuada sobre como trabalhar com fontes históricas de forma crítica e como guiar os alunos na pesquisa e na interpretação das informações de forma eficaz (SILVA, 2019).

3.3. Restrição e Desvalorização do Ensino de História a Partir da Visão dos Professores de Nova Venécia

Um dos aspectos mais preocupantes mencionados por ambos os professores é a sensação de restrição e vigilância no ambiente escolar, visto que, atualmente as salas de aula são monitoradas por câmeras, e os conteúdos tratados são acompanhados pelo pedagógico, não com a finalidade de verificar se a proposta do currículo está sendo atendida, mas sim, se temas considerados polêmicos são abordados em sala de aula. Embora nenhum dos entrevistados tenha relatado uma restrição direta ou explícita de seus conteúdos pedagógicos, ambos sentem a pressão de trabalhar sob constante vigilância. P1 menciona que "há câmeras por todos os lados" como citado anteriormente, e que são "monitorados constantemente pela SEDU", embora nunca tenha sido questionada diretamente sobre os conteúdos lecionados. P2 expressa

um sentimento semelhante, destacando que "todo o cuidado com as palavras usadas requer cuidados", especialmente em momentos políticos mais sensíveis, ou seja, em períodos eleitorais. Essa sensação de ser vigiado está intimamente ligada ao contexto de polarização política, onde os professores temem represálias de pais, gestores ou autoridades educacionais caso abordem temas considerados "problemáticos" ou "polêmicos".

A sensação de vigilância nas escolas reflete a crescente pressão que os professores enfrentam em um cenário de polarização política no Brasil, onde a liberdade de ensinar e discutir questões sociais torna-se muitas vezes limitada pelo medo de represálias. Para Paulo Freire (2011), a educação deve ser um espaço de liberdade e reflexão, onde os professores têm o papel de mediadores do conhecimento e do pensamento crítico. No entanto, em contextos de restrição ou limitação, como descrito pelos professores P1 e P2, esse espaço se restringe, o que compromete a construção de um ensino transformador. O controle e a vigilância no ambiente escolar são formas de controle social que, ao cercear a liberdade do educador, afetam negativamente o aprendizado e a formação crítica dos alunos.

Esse cenário de limitações também nos coloca diante de um ambiente hostil, marcado por violência simbólica e assédios, que exige uma reflexão urgente sobre os valores republicanos consolidados pela Revolução Francesa e pelo movimento republicano no Ocidente. Os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, fundamentais para a construção de uma sociedade democrática, estão sendo desafiados, e é necessário repensar esses valores à luz das novas realidades sociais, políticas e educacionais, a fim de preservar a autonomia do pensamento crítico e a educação como um espaço de emancipação (CUNHA, 2020).

Ambos os professores percebem que, com a ascensão da extrema direita e a implementação de políticas educacionais como o Novo Ensino Médio, houve uma redução significativa na quantidade de aulas de História e outras ciências humanas¹⁷. P1 relata que "o

¹⁷ O Novo Ensino Médio é uma reforma educacional que visa flexibilizar e atualizar a estrutura do ensino secundário no Brasil, adaptando-o às novas demandas da sociedade e do mercado de trabalho. Introduzido pela

currículo e as aulas, com objetivos estritos de ampliar notas de avaliações externas, não favorecem uma maior compreensão e análise dos conflitos e lutas sociais", o que enfraquece o potencial formador da educação. P2 menciona que o Novo Ensino Médio é um exemplo claro dessa redução, visto que as áreas de Ciências Humanas, como História, foram rebaixadas em favor de disciplinas que priorizam a preparação para provas e exames externos, exceto ENEM. Esse movimento é visto como uma tentativa de alinhar o currículo escolar a um modelo de educação utilitarista, que não valoriza a reflexão crítica sobre a sociedade e a história, mas apenas a obtenção de resultados em avaliações externas.

A redução do espaço destinado às Ciências Humanas, conforme observada pelos professores P1 e P2, está diretamente relacionada à implementação do Novo Ensino Médio, uma política educacional que, segundo especialistas, prioriza a formação voltada para o mercado de trabalho em detrimento da formação crítica e reflexiva do aluno. Maria de Lourdes Pinto de Almeida (2016) argumenta que essa reformulação curricular reflete uma visão utilitarista e pragmática da educação, na qual a preparação para exames e o aumento da produtividade são mais importantes do que a construção do pensamento crítico e da análise profunda das questões sociais e históricas. A exclusão ou redução do ensino de História e de outras disciplinas das ciências humanas empobrece o processo educativo, tornando-o mais restrito, tecnicista e descontextualizado.

Sendo assim, as entrevistas com P1 e P2 revelam um ambiente educacional caracterizado por desafios complexos, conforme elencados anteriormente. É necessário que haja um compromisso mais firme com a valorização do ensino de História e das ciências

Lei nº 13.415/2017, o modelo permite que os alunos escolham itinerários formativos conforme seus interesses e aptidões, além de ampliar o tempo dedicado a atividades de aprofundamento, como projetos e experiências práticas. O objetivo é promover uma educação mais integrada e personalizada, focada no desenvolvimento de competências e habilidades, preparando os estudantes para os desafios da vida adulta e da cidadania. No entanto, a implementação tem gerado debates sobre sua efetividade e os recursos necessários para garantir sua qualidade em todas as escolas do país. (SILVA, 2019)
SILVA, Maria Clara. *O Novo Ensino Médio no Brasil: Desafios e Perspectivas da Reforma Educacional*. São Paulo: Editora Educação e Cidadania, 2019.

humanas, que são fundamentais para a construção de uma sociedade democrática e justa. Além disso, é imprescindível que Políticas Públicas e práticas educacionais se orientem para a promoção de um ensino que desenvolva no aluno a capacidade de pensar criticamente, questionar narrativas manipuladoras e compreender a complexidade das questões sociais e históricas que envolvem a sua realidade. Em última instância, o ensino de História deve ser encarado como uma ferramenta vital para a compreensão do passado e a construção de um futuro mais justo e igualitário.

O papel da História e das Ciências Humanas no currículo escolar é, de fato, a base inicial para o desenvolvimento da capacidade crítica dos estudantes. Segundo Antônio Cândido (2002), a educação deve proporcionar aos alunos a capacidade de interpretar e transformar a realidade, e isso só é possível com o ensino que oferece uma visão ampla e profunda da história e das questões sociais. A formação crítica, que inclui o estudo da história e da cultura, permite ao indivíduo entender o seu papel na sociedade, questionar as normas estabelecidas e, conseqüentemente, atuar de maneira mais consciente e transformadora. A educação que promove essa reflexão crítica sobre o passado e o presente é um pilar fundamental para o fortalecimento da democracia e a promoção da justiça social.

A polarização política tem um impacto significativo no ambiente escolar da Escola Jorge Bragança, em Nova Venécia, especialmente no ensino de História. Em um contexto de crescente divisão política no Brasil, os professores sentem a pressão de ajustar seus conteúdos e abordagens para evitar possíveis repercussões, principalmente em momentos sensíveis como períodos eleitorais. Esse clima de vigilância e autocensura pode limitar a profundidade das discussões em sala de aula, especialmente sobre temas históricos polêmicos, como a ditadura militar, o racismo estrutural e as questões de justiça social. A insegurança gerada pela polarização política impede que os professores possam abordar esses tópicos de maneira crítica

e reflexiva, o que compromete a formação dos alunos, que são privados de uma análise mais abrangente e verdadeira dos eventos históricos e sociais (SOUZA, 2021).

A presença de restrições na escola, embora não explícitas, resulta em um ambiente hostil para a liberdade acadêmica. A vigilância constante sobre os conteúdos ministrados e o medo de represálias limitam a liberdade de expressão dos educadores. Esse cenário fragiliza a construção do pensamento crítico nos alunos, pois não há espaço para um debate genuíno e aprofundado sobre as complexas questões históricas e sociais que moldam a realidade atual (MARTINS, 2020).

3.4. A reação dos alunos e da comunidade da Escola Jorge Bragança do Município de Nova Venécia em 2024

De acordo com P1, ao abordar temas como feminismo, trabalho infantil, racismo, legalização de entorpecentes e aborto, os estudantes frequentemente reagem com "confronto" ou "negação". Essas reações estão ligadas, em grande parte, às influências externas que os alunos recebem, seja por meio de seus familiares, seja por meio de redes sociais, onde as discussões políticas e sociais estão fortemente polarizadas. P1 explica que os estudantes tendem a se basear em "aspectos pseudoreligiosos" ou "em uma defesa dos princípios liberais e ultraconservadores mal entendidos", o que reflete a imersão de muitos jovens em discursos ideológicos simplificados, sem uma análise crítica da realidade.

A polarização e o confronto que surgem nas salas de aula ao tratar de temas sociais e políticos refletem a imersão dos jovens em discursos muitas vezes simplificados, sem a devida reflexão crítica. Para Marilene Procopio (2018), essa influência externa, proveniente de famílias, redes sociais e até da mídia, tem um papel fundamental na formação das crenças e visões de mundo dos estudantes. A autora argumenta que a educação precisa ser um espaço de reflexão, onde se deve estimular o pensamento crítico e a capacidade de questionamento. No

entanto, o contexto atual, de polarização política e de fácil acesso a informações superficiais, tem levado muitos jovens a adotar posturas reativas, ao invés de analíticas, diante dos temas propostos.

P2 também compartilha uma experiência semelhante, indicando que, ao tratar de temas polêmicos, "dependendo do tema, tem alunos sensíveis à questão, porém existem outros alienados". Em muitos casos, esses alunos estão "alienados, decorrente da influência familiar ou meio em que estão inseridos". Essa divisão entre estudantes "sensíveis" e "alienados" aponta para a profundidade da polarização, onde, enquanto uma parte dos alunos está disposta a refletir e questionar, outra parte adota uma postura mais rígida e resistente ao diálogo. Essas atitudes, muitas vezes, têm raízes em posicionamentos familiares ou na absorção de narrativas ideológicas que os jovens encontram em seu círculo social ou na mídia.

A divisão observada por P2 entre alunos "sensíveis" e "alienados" pode ser compreendida à luz das contribuições de Zygmunt Bauman (2001), que discute como a sociedade líquida, marcada por rápidas transformações e incertezas, impacta a formação de identidades. Segundo Bauman, a rapidez das mudanças sociais e a difusão de informações pela internet contribuem para uma fragilidade nos processos de reflexão crítica, tornando os jovens vulneráveis à adoção de posturas ideológicas prontas, que muitas vezes não são questionadas. Isso cria um abismo entre aqueles que buscam entender e refletir sobre as questões sociais e os que apenas repetem discursos ideológicos sem análise crítica.

Tanto P1 quanto P2 destacam o papel fundamental das famílias na formação das opiniões políticas dos estudantes. P1 observa que, mesmo que indiretamente, a família exerce uma grande influência no comportamento e nas atitudes dos alunos, seja por meio de "orientação religiosa", "comportamento informal" ou, ao contrário, pela "negativa do comportamento paterno". A influência dos pais se reflete diretamente na sala de aula, onde "a defesa de princípios liberais e ultraconservadores mal entendidos pelos estudantes" é muitas

vezes repetida pelos jovens, como se fossem verdades absolutas, sem questionamento. P2 corrobora essa observação, dizendo que "os filhos acabam reproduzindo o posicionamento familiar", o que se reflete em sala de aula, especialmente durante períodos políticos intensos. Em certos momentos, "o posicionamento político fica aflorado", com os alunos defendendo políticos ou ideologias sem compreender completamente as ideologias partidárias por trás dessas figuras.

O impacto da família na formação das opiniões políticas dos alunos é um ponto crucial, e conforme apontado por autores como Flávio Kothe (2015), a família é o primeiro espaço socializador dos indivíduos, sendo responsável pela transmissão de valores, crenças e ideologias. O autor afirma que, nos dias atuais, a maior parte das posturas políticas dos jovens é, muitas vezes, uma reprodução daquilo que é defendido por seus pais ou tutores, sem o devido espaço para a reflexão individual ou para o questionamento das ideias familiares. A educação escolar, nesse contexto, tem o desafio de proporcionar um ambiente de diversidade de pensamentos, onde os estudantes possam questionar as ideologias herdadas e formar suas próprias opiniões, com base em uma análise crítica da realidade.

A comunidade escolar, por sua vez, também desempenha um papel importante no contexto das reações dos alunos. No entanto, essa influência pode ser tanto positiva quanto negativa. De acordo com P1, o aumento da polarização política nas famílias tem um reflexo direto na sala de aula, tornando o ambiente mais tenso e propenso a confrontos. Essa tensão é muitas vezes exacerbada durante períodos eleitorais, quando os pais "ficam muito atentos ao que falamos" e, caso discordem, questionam a escola sobre o conteúdo discutido. P1 relatou que, em algumas situações, precisa tomar cuidado para não ser identificada como "um determinado candidato, principalmente de esquerda". Isso evidencia a pressão de parte da comunidade escolar (e em particular dos pais) sobre os professores, que acabam se sentindo constrangidos a moderar suas abordagens e a evitar certas discussões.

A influência da comunidade escolar no ambiente de ensino, especialmente por meio das pressões externas das famílias, está relacionada à noção de "poder simbólico" discutida por Pierre Bourdieu (1998). Segundo o autor, o poder simbólico exerce um controle invisível, mas eficaz, sobre as práticas pedagógicas e sobre a autonomia dos professores. A pressão das famílias para que os educadores alinhem seus conteúdos a determinadas ideologias e visões de mundo é uma forma de exercício desse poder simbólico, que limita a liberdade de ensino e coloca os educadores em uma posição de subordinação. Essa dinâmica pode prejudicar o desenvolvimento de um ensino plural e democrático, fundamental para a formação de cidadãos críticos.

P2 também percebe um clima de vigilância, embora de forma mais indireta. Para ele, a sensação de "ser vigiado ou censurado" é presente, especialmente em momentos políticos mais sensíveis. Ele observa que, em algumas situações, a administração escolar e as autoridades educacionais acabam tomando medidas para "impor limitações ao currículo ou para intervir na liberdade de ensino". Esse tipo de intervenção reflete uma tentativa de controlar o conteúdo lecionado, o que pode criar um ambiente de insegurança para os educadores e dificultar ainda mais o desenvolvimento de um ensino livre e crítico.

O controle sobre os conteúdos e a tentativa de restrição à autonomia do ensino, como mencionado por P2, está relacionada ao conceito de "autonomia pedagógica", defendido por professores como Sérgio Nogueira (2019). Nogueira argumenta que, em uma sociedade democrática, é fundamental que os professores possuam autonomia para definir seus conteúdos e metodologias de ensino, garantindo que os alunos tenham acesso a uma educação que os capacite a compreender a complexidade das questões sociais.

A divisão observada entre alunos "sensíveis" e "desinformados" também se origina da forma como as famílias influenciam seus filhos. Os jovens que possuem uma maior exposição a informações e valores de caráter ideológico mais fechado, como no caso de posturas

ultraconservadoras ou de forte orientação religiosa, tendem a adotar uma postura defensiva e reativa nos debates escolares. Por outro lado, aqueles cujas famílias promovem uma educação mais aberta ao diálogo e ao questionamento têm mais facilidade em refletir criticamente sobre as questões debatidas em sala de aula. Esse contraste entre alunos mais preparados para o debate e os que se mostram inflexíveis é um reflexo das dinâmicas familiares e sociais nas quais estão inseridos, evidenciando a importância da escola em promover a diversidade de pensamento e o respeito às diferentes visões (SILVA, 2019).

A escola, como um ambiente de ensino, precisa lidar com a pressão da comunidade e das famílias que buscam moldar o conteúdo pedagógico conforme suas crenças pessoais e políticas. Esse tipo de pressão pode gerar um ambiente de confronto, onde professores e alunos se sentem desafiados a questionar ou moderar suas opiniões para evitar conflitos com as expectativas da comunidade escolar. Essa influência externa pode prejudicar o papel da escola como um espaço neutro e plural, comprometendo a formação de cidadãos críticos que tenham a capacidade de refletir sobre questões sociais e políticas de maneira autônoma. Assim, é fundamental que a escola se reforce como um espaço de liberdade acadêmica, onde as diversas ideologias possam ser discutidas de forma equilibrada e respeitosa, sem que as influências externas prejudiquem o processo de ensino e aprendizagem (MORAES, 2020).

3.4.1. Impacto na convivência escolar e na disciplina de História em 2024 na Escola Jorge Bragança

As entrevistas com P1 e P2 destacam que, ao abordar temas sensíveis, como direitos humanos, questões de gênero, racismo, ditadura militar e feminismo, as ideias conservadoras e extremistas se manifestam de forma clara, criando divisões e dificultando o diálogo.

Para Maria da Glória Gohn (2013), os movimentos conservadores têm se intensificado especialmente com a ascensão de novas formas de expressão política, incluindo as redes sociais.

Esses movimentos alimentam narrativas que favorecem uma visão de mundo polarizada e simplificada, o que afeta a formação política e ética dos estudantes, impedindo a construção de uma educação crítica e reflexiva. Esse fenômeno reflete a incapacidade de estabelecer um diálogo construtivo sobre temas sociais complexos, como a questão de gênero, racismo e direitos humanos, pois os alunos tendem a adotar uma postura rígida e ideológica, muitas vezes em detrimento da reflexão profunda.

Tanto P1 quanto P2 apontam que a sala de aula se tornou um campo de batalha ideológica, onde a polarização entre direita e esquerda, conservadorismo e progressismo, é uma das principais fontes de conflitos. P1, por exemplo, descreve que, ao tratar de temas como feminismo, aborto, ou a ditadura militar, as reações dos estudantes variam entre “confronto” e “negação”, frequentemente baseadas em "aspectos pseudoreligiosos" ou em um entendimento distorcido do que significa ser liberal ou ultraconservador. Essas ideias são frequentemente repetidas pelos alunos, como se fossem verdades absolutas, sem qualquer questionamento. Segundo P1, isso reflete uma visão de mundo simplificada, onde "o egocentrismo, o individualismo e o imediatismo" predomina, prejudicando a reflexão crítica sobre questões sociais complexas.

Segundo José Carlos Libâneo (2013), essa polarização prejudica o papel da educação na formação de cidadãos críticos, pois impede o exercício do pensamento reflexivo e construtivo. O autor argumenta que a escola deve ser um lugar de acolhimento e mediação de diferentes perspectivas, mas a crescente polarização faz com que muitos alunos se vejam forçados a adotar posições rígidas, sem uma análise mais profunda das questões discutidas. Isso reflete uma lógica de educação limitada ao simples confronto de ideias, sem promover uma reflexão mais ampla sobre as complexidades dos temas sociais.

A relação de "desconexão" apontada por P2 pode ser associada ao conceito de "pensamento acrítico" abordado por Adorno (1995), que sugere que a sociedade de massa,

caracterizada pela superficialidade e pela repetição de discursos, contribui para a adoção de ideias sem uma reflexão profunda. Em contextos de polarização política, como os vividos nas escolas, os alunos frequentemente repetem discursos sem a capacidade de analisar criticamente os conteúdos ideológicos que lhes são apresentados. A falta de compreensão das ideologias e das questões sociais subjacentes, como apontado por P2, é uma manifestação dessa desconexão, que resulta de uma educação que não estimula o questionamento e a análise crítica das realidades políticas e sociais.

Um dos efeitos mais notáveis das ideias extremistas e conservadoras nas escolas é o reforço de estereótipos negativos. Esses estereótipos não só limitam a compreensão dos estudantes sobre a complexidade das questões sociais e políticas, mas também alimentam o preconceito e a intolerância entre os próprios alunos (SILVA, 2018).

Os estereótipos negativos alimentados por ideologias extremistas podem ser analisados à luz das discussões de Stuart Hall (2003) sobre as representações sociais e culturais. Hall argumenta que os estereótipos funcionam como simplificações de realidades complexas, e sua propagação nos meios educacionais pode ser um mecanismo de reforço de preconceitos e discriminação. Na escola, esses estereótipos podem distorcer a compreensão dos estudantes sobre questões como o racismo estrutural ou as violações de direitos humanos durante a ditadura militar, pois são abordados de maneira superficial e, muitas vezes, desinformada, o que limita o desenvolvimento de uma análise crítica.

Muitas dessas influências vêm dos pensamentos e crenças predominantes entre os moradores da região, que, por sua vez, são moldados por informações amplamente disseminadas nas redes sociais. As narrativas que circulam nesses espaços digitais frequentemente simplificam ou distorcem acontecimentos históricos, criando uma visão superficial ou parcial da realidade. Esse cenário impacta diretamente o ensino de História, pois

os alunos chegam às aulas com concepções pré-formadas que dificultam o entendimento mais aprofundado e a reflexão crítica sobre temas complexos (MORAES, 2020).

Essa dinâmica externa, alimentada pelas redes sociais, compromete o ensino de História nas escolas, já que os professores enfrentam a resistência de estudantes que, em vez de estarem abertos ao debate e à aprendizagem, carregam concepções influenciadas por visões simplificadas e frequentemente distorcidas dos eventos históricos (SILVA, 2019).

Nessa perspectiva, a obra de Santos (2007) é fundamental para entender como as desigualdades sociais, como o racismo, são mascaradas e despolitizadas por visões conservadoras da realidade. Para Santos, as desigualdades estruturais são invisibilizadas nas narrativas dominantes, sendo frequentemente reduzidas a "casos isolados" ou minimizadas por visões que se recusam a enxergar a persistência das desigualdades raciais e sociais na sociedade brasileira.

P2 também observa a defesa do "revisionismo histórico"¹⁸. Esse revisionismo não só distorce a História, mas também reforça estereótipos sobre a política, como a ideia de que o autoritarismo foi necessário para "preservar a ordem" ou para combater a "ameaça comunista", desconsiderando as graves violações de direitos humanos que ocorreram nesse período.

O "revisionismo histórico" é um fenômeno que, segundo Marco Aurélio Nogueira (2018), visa reescrever a História de maneira a justificar ou minimizar os abusos e violências de períodos autoritários. O autor afirma que, ao se adotar uma perspectiva revisionista, especialmente sobre a ditadura militar, a história é distorcida para se alinhar a uma visão conservadora que busca legitimar o autoritarismo como uma "necessidade" para manter a

¹⁸ O revisionismo histórico é o processo de reinterpretação dos fatos históricos à luz de novas evidências, perspectivas ou abordagens. Embora seja uma prática legítima no campo acadêmico, onde se busca corrigir erros ou ampliar a compreensão de eventos passados, o revisionismo histórico pode ser distorcido quando é utilizado para manipular ou reescrever a história de forma ideológica. Esse tipo de revisionismo muitas vezes visa minimizar ou justificar abusos, como no caso de regimes autoritários ou de eventos controversos, contribuindo para a construção de narrativas que favorecem interesses específicos e dificultam o entendimento crítico e honesto do passado. (LOPES, 2018)

LOPES, Roberto C. *O revisionismo histórico e suas implicações na educação contemporânea*. São Paulo: Editora Universitária, 2018.

ordem. Essa distorção histórica serve para reforçar um imaginário social que legitima práticas políticas autoritárias e a repressão, sem levar em consideração as reais vítimas e os danos causados pelo regime militar.

As ideias conservadoras frequentemente reforçam estereótipos relacionados a gênero e sexualidade. P1 e P2 concordam que, ao tratar de temas como feminismo ou a legalização do aborto, muitos estudantes demonstram um forte apego a noções tradicionais de masculinidade e feminilidade, influenciadas por valores familiares ou religiosos. P1 observa que as discussões sobre feminismo são muitas vezes recebidas com resistência, especialmente quando os alunos expressam uma visão distorcida do papel das mulheres na sociedade. Esse fenômeno também está presente nas discussões sobre o papel das mulheres no mercado de trabalho, nas questões de igualdade de direitos e nas políticas públicas voltadas para o combate à violência de gênero.

O fortalecimento de estereótipos de gênero e sexualidade, especialmente no contexto educacional, está profundamente ligado à reprodução de normas sociais tradicionais que restringem a liberdade de expressão e as escolhas individuais. Segundo Simone de Beauvoir (2009), a sociedade patriarcal impõe limitações rígidas aos papéis de gênero, influenciando desde a infância a percepção que os indivíduos têm sobre si mesmos e sobre os outros. Essa visão tradicional é reproduzida nas escolas, onde os jovens tendem a resistir a movimentos como o feminismo, pois são socializados para manter as normas de gênero que sustentam a desigualdade entre homens e mulheres.

Para superar essas resistências ideológicas, é necessário que os professores de História adotem estratégias pedagógicas que favoreçam o pensamento crítico e a construção de uma compreensão mais profunda dos temas. Uma abordagem mais reflexiva pode ser a utilização de fontes diversificadas e a promoção de debates que permitam aos alunos confrontar suas próprias ideias com argumentos e informações que desafiem as visões simplificadas. A história, quando ensinada de forma multidimensional, possibilita a análise de diferentes perspectivas e o

entendimento das complexidades envolvidas em eventos históricos, como a ditadura militar e as questões de gênero. Dessa forma, o professor deve ser um mediador de ideias, estimulando o questionamento e a investigação, ao invés de simplesmente transmitir informações (SILVA, 2019).

Outro aspecto relevante para lidar com as resistências ideológicas no ensino de História é a construção de um ambiente de respeito e acolhimento, onde os alunos sintam-se seguros para expressar suas opiniões, mas também desafiados a reconsiderá-las à luz de novas informações. Isso implica em estabelecer uma cultura de diálogo respeitoso dentro da sala de aula, onde as diferentes perspectivas sejam consideradas e debatidas com empatia. A utilização de uma abordagem pedagógica inclusiva e anti-preconceituosa é fundamental para que os alunos compreendam a importância da diversidade de opiniões e da reflexão crítica. Ao se trabalhar com a história, é essencial que os professores não apenas ensinem o conteúdo factual, mas também promovam a conscientização sobre a responsabilidade ética e cidadã que advém da análise histórica, levando os estudantes a entender como o passado influencia as questões sociais contemporâneas (LARA, 2020).

3.5. Práticas pedagógicas e estratégias de ensino para a Escola Jorge Bragança para o ano de 2025

A promoção da reflexão crítica no ensino de História, especialmente em um cenário onde há restrição e limitação de certos pontos de vista, exige que os professores adotem metodologias que incentivem o questionamento e a análise profunda, desafiando os alunos a pensar além das narrativas dominantes. Em contextos onde a polarização política e a pressão externa limitam a liberdade de ensino, é fundamental que os educadores empreguem estratégias didáticas capazes de preservar a diversidade de pensamento, ao mesmo tempo que incentivam

os estudantes a desenvolverem uma consciência crítica sobre os eventos históricos e suas implicações na sociedade contemporânea (FREIRE, 2016).

Uma referência brasileira que aborda o ensino baseado em problemas ou questões controversas é o autor José Carlos Libâneo, que destaca a importância de abordagens que estimulem a reflexão crítica no processo de ensino-aprendizagem. Essa metodologia convida os alunos a investigarem questões complexas, sem buscar uma resposta única ou simples, mas analisando diferentes perspectivas e as múltiplas facetas do tema (LIBÂNEO, 2013). Ao discutir temas sensíveis ou polêmicos, os professores podem apresentar diferentes visões históricas e contemporâneas, incentivando os alunos a ponderar sobre as causas, consequências e as implicações desses fenômenos para a sociedade. P1 e P2 destacam a importância de trabalhar com temas polêmicos, mas sem imposição de verdades absolutas. Para P1, "continuar refletindo, analisando, dialogando, questionando", mesmo quando a maioria dos alunos se opõe, é uma forma de manter a educação como uma prática de liberdade e pensamento crítico (SAVIANI, 2013).

Por seu turno, o uso de fontes primárias é uma ferramenta pedagógica poderosa para desenvolver a reflexão crítica, pois permite aos alunos analisar os eventos históricos a partir de documentos, discursos, cartas, jornais e outros registros contemporâneos. Isso proporciona uma compreensão mais profunda e multifacetada dos acontecimentos, ajudando os estudantes a questionar narrativas simplificadas ou distorcidas que circulam em discursos ideológicos. Além disso, as fontes podem incluir diferentes pontos de vista, incluindo aqueles de grupos marginalizados, como os relatos de vítimas de regimes autoritários, o que permite que os alunos se aproximem de uma compreensão mais ampla e empática da história (GÓES, 2015).

P2, ao refletir sobre o impacto da desinformação nas aulas, destaca que o uso de fontes variadas é essencial para combater a distorção da História. Ao ensinar sobre a ditadura militar, por exemplo, ele sugere que os alunos leiam tanto os depoimentos de sobreviventes quanto os

relatórios oficiais da época, para que possam formar suas próprias opiniões, baseadas em múltiplas perspectivas. "A desconstrução do termo ditadura", que P2 mencionou, pode ser abordada por meio da análise de diferentes fontes históricas, como documentos oficiais e relatos de resistência, permitindo que os alunos vejam o evento em toda a sua complexidade (ALMEIDA, 2019).

Incentivar debates em sala de aula é uma das estratégias mais eficazes para desenvolver a habilidade de argumentação e a reflexão crítica. Ao promover um ambiente de diálogo, os professores incentivam os alunos a expressar suas opiniões, ouvir os outros e defender suas ideias com base em evidências. Em um contexto de divisões políticas, como o descrito por P1 e P2, os debates podem ser uma maneira de desafiar os estudantes a confrontar suas próprias crenças e a considerar diferentes pontos de vista sobre os mesmos acontecimentos históricos (FREIRE, 2017).

Atividades que envolvem a escrita reflexiva são outra estratégia poderosa para estimular a análise crítica. Ao escrever sobre um tema histórico, os alunos são desafiados a organizar seus pensamentos, a conectar diferentes fontes de informação e a construir uma argumentação coerente. Isso não apenas fortalece suas habilidades de pensamento crítico, mas também permite que o aluno reflita sobre as implicações dos eventos históricos no presente (FREIRE, 2011).

Para que os alunos possam refletir criticamente sobre os acontecimentos históricos, é importante que os professores também incentivem a empatia e a compreensão de diferentes perspectivas. O estudo da história não deve se limitar ao conhecimento factual ou à simples memorização de datas e eventos, mas deve ser uma oportunidade para que os alunos se coloquem no lugar de outros, compreendendo as experiências e as consequências dos eventos para diferentes grupos da sociedade (LARA, 2017).

Em sala de aula, isso pode ser alcançado por meio de atividades que incentivem os alunos a investigar as experiências de grupos marginalizados, como as vítimas de regimes autoritários, povos indígenas, comunidades negras ou mulheres em contextos históricos específicos. Ao ampliar o olhar dos alunos, eles são levados a questionar as narrativas dominantes e a reconhecer que a História não é monolítica, mas composta por múltiplas histórias e experiências (SOUZA, 2020).

Por fim, uma estratégia cada vez mais relevante é o uso da tecnologia e da educação digital para promover a reflexão crítica, como destaca Meira (2019), que enfatiza como as tecnologias digitais podem ser aliadas no processo de ensino, estimulando a reflexão e o pensamento crítico dos estudantes. Em um contexto em que as redes sociais e a internet são fontes principais de informação para os estudantes, é fundamental que a educação também envolva o desenvolvimento de habilidades digitais críticas, como a verificação de fontes, a análise de conteúdos e o reconhecimento de fake news (CASTELLS, 2018).

Uma abordagem pedagógica que inclua a educação digital como parte do currículo pode ajudar os alunos a desenvolver essas competências. Além disso, ao usar tecnologias de maneira interativa e criativa, os professores podem estimular os estudantes a se engajar em debates informados e a promoverem discussões produtivas sobre eventos históricos e suas conexões com o presente (MORAN, 2018).

Desde o uso de fontes primárias, debates e discussões até a produção escrita e a educação digital, essas abordagens têm o potencial de desafiar as visões simplistas e ideológicas que predominam nas escolas e promover uma compreensão mais profunda e multifacetada da História. Ao incentivar os alunos a questionarem, refletirem e empatiarem com diferentes perspectivas, os professores não apenas cumprem seu papel educativo, mas também contribuem para a formação de cidadãos mais críticos, conscientes e engajados (FREIRE, 1996).

A integração entre as práticas pedagógicas de História e o ensino de competências digitais na Escola Jorge Bragança, em Nova Venécia, pode proporcionar uma abordagem inovadora e transformadora no processo de ensino-aprendizagem. A utilização de recursos digitais como plataformas de ensino a distância, vídeos interativos, e jogos históricos permite que os alunos experimentem a História de maneira mais envolvente e contextualizada. Com o uso dessas ferramentas, é possível criar uma sala de aula mais dinâmica e conectada com a realidade dos estudantes, ao mesmo tempo que se amplia a compreensão dos eventos históricos por meio de diversos suportes multimídia. Esse tipo de abordagem favorece não apenas o aprendizado de conteúdo, mas também o desenvolvimento de habilidades digitais, essenciais para a vida cotidiana no mundo contemporâneo (SILVA, 2019).

A Escola Jorge Bragança pode adotar estratégias que incentivem a produção e análise crítica de conteúdos digitais pelos próprios estudantes. Ao criar blogs, podcasts ou vídeos históricos, os alunos têm a oportunidade de se aprofundar em temas históricos enquanto desenvolvem competências essenciais como a pesquisa digital, o trabalho em equipe e a comunicação online. Segundo Lima (2020), ao produzir conteúdo, os alunos não só reconstróem o conhecimento histórico, mas também aprendem a questionar e validar informações, adotando uma postura crítica diante das informações disponíveis na internet. Essa prática contribui para a formação de cidadãos mais preparados para lidar com a informação digital de maneira ética e responsável.

3.6. Implicações para o futuro do ensino de História no Brasil

O futuro do ensino de História no Brasil está intrinsecamente ligado às transformações políticas e sociais que o país vive atualmente. Nos últimos anos, observou-se um crescente movimento de revisão do currículo escolar, impulsionado por pressões ideológicas que buscam

enfraquecer a crítica histórica e promover uma visão conservadora e nacionalista da história brasileira. A tentativa de impor uma narrativa única no ensino de História compromete a formação crítica dos alunos, dificultando a construção de uma cidadania consciente e engajada na defesa dos direitos humanos e da democracia (SILVA, 2020).

O futuro do ensino de História no Brasil dependerá de uma resistência coletiva da comunidade educacional contra as tentativas de alterar ou restringir conteúdos críticos. Para isso, será essencial fortalecer a formação contínua dos professores, proporcionando-lhes ferramentas pedagógicas que favoreçam o ensino de uma História plural e inclusiva, que respeite as diferentes vozes e experiências que compõem a nação brasileira. Nesse sentido, é urgente que as instituições de ensino invistam em programas de capacitação que incentivem o uso de fontes variadas, como documentos históricos, depoimentos, e debates, para que os alunos se sintam motivados a questionar e compreender os processos históricos em suas múltiplas dimensões (SANTOS, 2019).

Por fim, o futuro do ensino de História no Brasil também estará atrelado ao fortalecimento da democracia e ao compromisso com a liberdade de ensino. A história deve ser ensinada não apenas como uma sucessão de fatos e datas, mas como um campo de estudo dinâmico, que permite aos estudantes compreenderem as complexas relações de poder, os conflitos sociais e as lutas por direitos ao longo do tempo. Em um contexto global de ascensão de movimentos autoritários e conservadores, é essencial que o ensino de História no Brasil continue a ser uma ferramenta de resistência à opressão e de promoção da diversidade. Somente assim será possível formar cidadãos críticos, conscientes de seu papel na sociedade e comprometidos com os valores democráticos e com a justiça social (PEREIRA, 2020).

O ensino de História é fundamental para a formação de cidadãos críticos e conscientes, especialmente diante das ameaças ao Estado democrático de direito. Ao compreender os processos históricos que moldaram a sociedade, os alunos desenvolvem a capacidade de refletir

sobre o presente e identificar os riscos de retrocessos autoritários. Estudar temas como ditaduras, movimentos sociais e lutas por direitos ajuda a reconhecer a importância da democracia e dos direitos humanos, além de estimular a defesa das instituições democráticas. Assim, a História contribui para formar cidadãos comprometidos com a preservação da liberdade, da justiça e da igualdade, fundamentais para a manutenção da democracia (LIMA, 2018).

Considerações Finais

A pesquisa teve como objetivo geral investigar os desafios enfrentados pelos professores de História da Escola Estadual de Ensino Médio Jorge Bragança, em Nova Venécia, Espírito Santo, no contexto pós-ascensão da extrema direita, e como essas dificuldades impactam o ensino da disciplina. Os objetivos específicos foram atender a três frentes principais: analisar as mudanças nas diretrizes curriculares e nas políticas educacionais recentes, compreender os projetos e iniciativas que buscam preservar uma abordagem crítica e plural do ensino de História, e estimular a reflexão crítica entre os docentes sobre alternativas pedagógicas para enfrentar as narrativas da extrema direita. A pesquisa, que envolveu entrevistas com os professores da escola, revelou como a polarização política e a influência de movimentos conservadores e nacionalistas têm afetado o ambiente educacional, restringindo a liberdade de ensino e comprometendo a formação de uma visão histórica crítica e plural. Além disso, a desinformação, o revisionismo histórico e a falta de habilidades críticas entre os alunos têm dificultado o debate saudável e a compreensão aprofundada dos processos históricos, o que evidencia a necessidade de estratégias pedagógicas que promovam o pensamento crítico e a reflexão sobre o passado para a construção de uma cidadania consciente e democrática.

A pesquisa realizada sobre os desafios enfrentados pelos professores de História da Escola Estadual de Ensino Médio Jorge Bragança, em Nova Venécia, revela a profunda influência das mudanças políticas e ideológicas no ensino da disciplina, especialmente após a ascensão da extrema direita no Brasil. A crescente polarização política, alimentada por pressões externas, como movimentos conservadores e a manipulação da história por meio das redes sociais, tem impactado diretamente as práticas pedagógicas. O ensino de História, enquanto campo de disputa simbólica, enfrenta um cenário de restrição e silenciamento, dificultando a

formação de uma visão crítica entre os alunos e comprometendo o papel da escola na promoção da reflexão cidadã.

O impacto das reformas educacionais, como a implementação do Novo Ensino Médio, tem sido particularmente negativo, com a redução do espaço dedicado às Ciências Humanas e a ênfase em um currículo técnico e pragmático. Esse movimento contribui para uma visão utilitarista da educação, que enfraquece a capacidade dos alunos de desenvolver uma compreensão crítica e reflexiva sobre o passado e suas implicações no presente. A escassez de tempo dedicado ao ensino de História dificulta a análise aprofundada de temas como a ditadura militar, o racismo estrutural e as lutas sociais, essenciais para a formação de cidadãos conscientes dos direitos humanos e comprometidos com a democracia.

Outro aspecto crucial observado na pesquisa foi a crescente politização dos estudantes, que, influenciados por ideologias conservadoras, frequentemente resistem ao ensino de temas históricos que confrontam suas crenças preestabelecidas. A ideologia conservadora, reforçada por influências familiares e redes sociais, tem gerado uma atitude polarizada entre os alunos, dificultando o diálogo e a construção de um pensamento crítico e plural. Além disso, o fenômeno das "câmaras de eco" digitais tem potencializado essa resistência, ao criar um ambiente onde informações distorcidas e simplificadas sobre a história são constantemente repetidas, sem a devida reflexão.

A desinformação, aliada ao revisionismo histórico, tem gerado um ambiente educacional desafiador, no qual os alunos chegam às salas de aula com visões distorcidas sobre eventos cruciais, como a ditadura militar e o racismo estrutural. A falta de habilidades críticas, como a verificação de fontes e a capacidade de distinguir entre informação confiável e manipulação, tem prejudicado a formação dos alunos, tornando-os mais suscetíveis ao negacionismo histórico e à aceitação acrítica de narrativas distorcidas. Esse cenário exige um esforço contínuo dos educadores para promover a alfabetização midiática e digital, de modo a

capacitar os estudantes a questionar as informações que consomem e a desenvolver uma postura reflexiva frente às fontes de conhecimento.

Por outro lado, a pesquisa também revelou a resiliência dos professores de História, que, apesar das adversidades, continuam a buscar alternativas pedagógicas que preservem uma abordagem crítica e plural. A utilização de fontes diversificadas, como documentos históricos, depoimentos e atividades interativas, é uma estratégia importante para estimular o questionamento e a reflexão entre os alunos. O fortalecimento da formação continuada dos professores, com ênfase em metodologias que promovam a análise crítica e o debate construtivo, é fundamental para garantir que o ensino de História continue a ser um espaço de resistência à manipulação ideológica e de promoção da democracia e dos direitos humanos.

A realização da pesquisa sobre os desafios enfrentados pelos professores de História na Escola Estadual de Ensino Médio Jorge Bragança foi marcada por diversos obstáculos, tanto metodológicos quanto contextuais. O primeiro desafio foi o acesso ao campo de pesquisa, dado o clima de polarização política e a sensibilidade do tema abordado, o que gerou certa resistência por parte de alguns membros da comunidade escolar, temerosos de possíveis repercussões políticas e sociais. Além disso, a coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas com os professores enfrentou a dificuldade de conciliar as agendas dos entrevistados, que estavam sobrecarregados com a pressão do currículo e da gestão escolar.

Uma possível solução para os desafios identificados na pesquisa sobre o ensino de História na Escola Jorge Bragança seria a implementação de programas de formação contínua e capacitação para os professores, com foco em metodologias que promovam o pensamento crítico e a análise plural da História. Essas formações devem incluir ferramentas pedagógicas que ajudem os educadores a lidar com o impacto da desinformação, o revisionismo histórico e as pressões ideológicas externas, além de incentivar o uso de fontes diversificadas e o desenvolvimento de atividades que estimulem a reflexão profunda nos alunos. Além disso, a

promoção de espaços de diálogo e debates no ambiente escolar, que envolvam não apenas os professores, mas também os alunos, pais e a comunidade, pode contribuir para a construção de uma consciência crítica coletiva. A integração de tecnologias digitais no ensino, aliada a metodologias interativas que envolvam os alunos na pesquisa e produção de conteúdos, como blogs e podcasts, pode ser uma estratégia eficaz para combater a polarização e o pensamento acrítico, ajudando a formar cidadãos mais bem preparados para refletir sobre o passado e suas implicações no presente.

Em conclusão, o futuro do ensino de História no Brasil depende de uma ação coletiva que envolva não apenas os educadores, mas também os gestores escolares, as famílias e a sociedade em geral. É necessário preservar a liberdade acadêmica, fortalecer a autonomia pedagógica dos professores e combater as pressões externas que buscam enfraquecer a educação crítica. O ensino de História deve ser encarado como um espaço de formação cidadã, no qual os alunos tenham a oportunidade de desenvolver uma compreensão profunda das complexas relações de poder, dos conflitos sociais e das lutas históricas por direitos. Só assim será possível garantir uma educação que contribua para a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Sérgio. *A Sociologia da Educação no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

ADORNO, Theodor. *A indústria cultural e os meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

ALMEIDA, Carlos. *O uso de fontes na História: práticas e desafios no ensino escolar*. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. *Educação e Sociedade: Desafios e Tendências Contemporâneas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

ALMEIDA, Paulo. *A desinformação e o impacto das fake news nas eleições de 2018 no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2019.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOBBIO, Norberto. *A teoria da democracia*. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: Crítica Social do Julgamento*. São Paulo: Editora 34, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Pedagogia do Oprimido e Outros Escritos*. São Paulo: Vozes, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.
Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/bncc>. Acesso em: 9 nov. 2024.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A crise do capitalismo global e o Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2001.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÂNDIDO, Antônio. *A Educação e a Formação do Homem: A Escola e o Ensino no Brasil*. São Paulo: Nacional, 2002.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. 27. ed. São Paulo: Ática, 2019.

COSTA, Antônio Carlos da. *Transformações políticas no Brasil: autoritarismo, redemocratização e ascensão da extrema direita*. 2. ed. São Paulo: Editora Política, 2019.

COSTA, João Paulo. *História, censura e ensino: a distorção de narrativas no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

CUNHA, José Alberto. *A Educação e os Valores Republicanos: Reflexões sobre a Liberdade, Igualdade e Fraternidade no Século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Cultural, 2020.

CUNHA, Maria Teresa. *A escola sem partido e o risco de censura no ensino brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Pagu, 2019.

CURY, José Manuel. *Pedagogia da história: um novo olhar para o ensino de História*. São Paulo: Editora Moderna, 2018.

DUARTE, Carla. *Currículo, censura e autoritarismo: o impacto da extrema direita na educação brasileira*. Campinas: Editora Papirus, 2020.

FAVA, José Sérgio. *O governo Lula e a política social no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

FERNANDES, Clara. *Educação digital e o combate às fake news: formando cidadãos críticos para a era da desinformação*. São Paulo: Editora Moderna, 2020.

FERREIRA, Ana Paula. *História e política educacional: a influência da extrema direita nos currículos escolares no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora Educação Crítica, 2022.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 50. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2017.

GADOTTI, Moacir. *Educação e Poder*. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIRARDI, Marcos. *Educação e Política: A História como Disciplina Crítica*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2018.

GÓES, Gilberto de. *Ensinar história com fontes primárias: conceitos, práticas e possibilidades*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

GÓES, Leila. *A Educação Crítica e o Ensino de História: Desafios e Perspectivas no Contexto Atual*. Rio de Janeiro: Editora Pão de Açúcar, 2015.

GÓES, Sílvia. *O Ensino de História e a Formação da Consciência Crítica: Reflexões sobre o uso das fontes no contexto escolar*. Campinas: Papirus, 2015.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e suas representações: para uma sociologia do*

conflito. São Paulo: Editora Loyola, 2013.

GONÇALVES, Laura. *Educação, polarização e cidadania: os efeitos da ideologia no processo educacional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: O Breve Século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KARAPETYAN, Aram. *Educação, ensino e democracia: reflexões sobre o papel do educador na construção de um espaço de diálogo*. São Paulo: Cortez, 2019.

KONDER, Leandro. *A História do Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

KOTHE, Flávio. *Educação, família e política: A relação entre escola e sociedade*. Porto Alegre: Penso, 2015.

LARA, Fernanda A. *Educação, diversidade e história: abordagens inclusivas no ensino de História*. São Paulo: Editora Formação, 2020.

LARA, Silvia H. F. *O Ensino de História: Teorias e Práticas*. São Paulo: Contexto, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática e formação de professores: o ensino como práxis pedagógica*. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

LIMA, Ana Paula. *A produção de conteúdo digital como ferramenta pedagógica no ensino de História*. São Paulo: Editora Educação Conectada, 2020.

LIMA, Maria. *Desafios do ensino de História no Brasil contemporâneo: reflexões sobre a censura e a crítica social*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora ABC, 2018.

LIMA, Patrícia. *Educação, censura e democracia: os desafios contemporâneos no Brasil*. São Paulo: Editora Boitempo, 2021.

LIMA, Roberto de. *Educação histórica e o desafio da imparcialidade: professores de História e a polarização política no Brasil*. 1. ed. Brasília: Editora História e Sociedade, 2021.

LIMA, Sérgio dos Santos. *História, democracia e cidadania: o papel do ensino de História na construção de uma sociedade democrática*. São Paulo: Editora Política e Educação, 2018.

LOWY, Michael. *O Pensamento de Direita*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2012.

MARTINS, Carlos Alberto. *Liberdade acadêmica e os desafios da educação no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Educação e Cidadania, 2020.

MATTOS, Paulo Sérgio de. *Metodologia da pesquisa qualitativa: abordagens, métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Editora Pesquisa e Saber, 2019.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. 10. ed. São Paulo: Editora X, 2007.

MEIRA, Silvio. *A era digital e a educação: perspectivas para o ensino no século XXI*. São Paulo: Editora Senac, 2019.

MELUCCI, Alberto. *A ascensão da extrema direita no Brasil: desafios à democracia*. São Paulo: Editora Contexto, 2020.

MORAES, Mariana P. *O impacto das redes sociais na formação do pensamento crítico no ensino de História*. São Paulo: Editora Educação, 2020.

MORAES, Renato L. *Liberdade acadêmica e a pressão externa nas escolas: desafios contemporâneos*. São Paulo: Editora Educacional, 2020.

MORAN, José Manuel. *O Ensino Digital: Como as Novas Tecnologias Estão Transformando a Educação*. São Paulo: Pearson, 2018.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *O Brasil e a política do esquecimento: uma análise do revisionismo histórico*. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

NOGUEIRA, Sérgio. *Autonomia pedagógica e a crise do ensino no Brasil*. Campinas: Papirus, 2019.

OLIVEIRA, Felipe de. *Fake news e educação digital: desafios para a formação crítica dos estudantes no século XXI*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Educa, 2020.

OLIVEIRA, Silvânia. *Educação e Pensamento Crítico: Teorias e Práticas no Ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

PAULO, Sérgio. *Educação e Cidadania: O Papel da Escola na Formação Crítica*. São Paulo: Editora Cortez, 2016.

PEREIRA, Ana Cláudia Santos. *O ensino de História e os desafios da pluralidade: pressões externas e autonomia pedagógica*. São Paulo: Editora Cortez, 2019.

PEREIRA, João. *Fake news e democracia: os impactos da desinformação nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

PEREIRA, João Batista. *História e democracia: desafios para o ensino crítico e a formação cidadã*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Educare, 2020.

PROCÓPIO, Marilene. *Educação e democracia: o papel da escola na formação de sujeitos críticos*. São Paulo: Cortez, 2018.

RIBEIRO, Sandra. *A educação em tempos de polarização: desafios à liberdade pedagógica no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

ROCHA, João Cezar de Castro. *A câmara de eco e a dissonância cognitiva coletiva: o*

impacto das narrativas digitais na História. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SAVIANI, Dermeval. *A História da Educação no Brasil*. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. *A pedagogia crítico-social dos conteúdos*. 26. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SANTOS, Ana Clara. *Ensino de História e formação docente: desafios para uma prática crítica e inclusiva*. São Paulo: Editora Educação e Cultura, 2019.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência*. São Paulo: Cortez, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SILVA, Carlos A. *Estereótipos e intolerância: a influência das ideologias extremistas na educação escolar*. Rio de Janeiro: Editora Acadêmica, 2018.

SILVA, João F. *Desinformação e ensino de História: desafios contemporâneos no ambiente escolar*. Rio de Janeiro: Editora Acadêmica, 2019.

SILVA, João. *A revisão do ensino de História no Brasil: pressões ideológicas e seus impactos*. 2. ed. São Paulo: Editora X, 2020.

SILVA, João Carlos. *Educação e valores familiares: influências no comportamento dos estudantes*. Rio de Janeiro: Editora Contexto, 2019.

SILVA, João da. *Introdução à ciência política*. 3. ed. São Paulo: Editora XYZ, 2020.

SILVA, João da. *O papel do professor de História na formação crítica e cidadã*. 3. ed. São Paulo: Editora Educação, 2018.

SILVA, José Carlos da. *Tecnologias digitais no ensino de História: novas perspectivas para a aprendizagem*. Rio de Janeiro: Editora Educação Crítica, 2019.

SILVA, Kabengele Munanga. *Racismo e Discriminação Racial no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 2017.

SILVA, Maria T. *Práticas pedagógicas e o ensino de História: reflexão, debate e análise crítica*. Rio de Janeiro: Editora Acadêmica, 2019.

SILVA, Maria Aparecida Ribeiro. *O ensino de História no Brasil: desafios e perspectivas em tempos de polarização política*. São Paulo: Editora UNESP, 2020.

SILVA, Mariana. *Ensino de História e as Novas Tecnologias: Desafios e Perspectivas na Formação de Pensamento Crítico*. São Paulo: Editora Saberes, 2019.

SILVA, Maria Lúcia de Oliveira. *A política educacional e o ensino de História no Brasil: desafios e distorções em tempos de polarização*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora História e Sociedade, 2021.

SILVA, Roberto. *Desinformação e educação científica: os desafios da pandemia de COVID-19 e o papel da escola na era digital*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo: A formação do Estado novo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2007.

SOARES, Maria Aparecida. *Educação e polarização política no Brasil: desafios e implicações para o ensino*. São Paulo: Editora Cortez, 2019.

SOUZA, João Pedro. *Polarização política e seus impactos na educação: desafios para o ensino de História no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Educação Crítica, 2021.

SOUZA, Marcos Antônio de. *Polarização política e ensino de História no Brasil: desafios e impactos das reformas educacionais*. São Paulo: Editora Educação e Política, 2020.

SOUZA, Marcos Antônio de. *A ascensão da extrema direita e seus impactos no ensino de História no Brasil*. São Paulo: Editora Educação e Sociedade, 2021.

SOUZA, Maria de Fátima. *Educação e censura: impactos da polarização política nas escolas brasileiras*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Educação, 2021.

SOUZA, Renato. *O Ensino de História e a Educação para a Cidadania: Desafios e Perspectivas*. São Paulo: Editora Vozes, 2020.

SOUZA, Valéria de. *História e Diversidade: A Construção de Saberes Inclusivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.